



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM MÉDIA E SOCIEDADE
2020/2021

Narrativas sobre a pobreza em Portugal: o caso da imprensa escrita

Mestranda

Sophie Gonçalves

Orientadora

Professora Adriana Mello Guimarães

Coorientadora

Professora Sónia Lamy

“A pobreza é indispensável à riqueza, a riqueza é necessária à pobreza. Esses dois males engendram-se um ao outro e sustentam-se um ao outro. O que é preciso não é melhorar a condição dos pobres, mas acabar com ela.”

- Anatole France

Agradecimentos

Agradeço antes de mais, aos meus pais por todo o apoio e confiança que me fizeram sentir ao longo desta jornada, a minha irmã por ter estado sempre presente nos bons e maus momentos neste ano atípico, e ao meu namorado José, por me fazer diariamente acreditar que tudo é possível.

Agradeço às minhas orientadoras, professora Doutora Adriana Mello Guimarães e a professora Doutora Sónia Lamy, por toda a ajuda, apoio e incentivo que me deram ao longo desta jornada.

Resumo

Nesta dissertação pretendemos refletir sobre um tema que continua a afetar muitos portugueses: a pobreza, uma verdadeira chaga que persiste na sociedade e leva a exclusão social.

Será que os jornais portugueses destacam os temas relacionados com a pobreza? Eis a pergunta que orientou a nossa investigação. Para delimitar a pesquisa, escolhemos examinar a forma como dois jornais (o *Público* e o *Alto Alentejo*) abordam a temática nomeadamente no Dia Internacional para a Erradicação da pobreza. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo.

Palavras-chave: Pobreza; jornalismo; análise de conteúdo

Abstract

In this dissertation we intend to reflect on a subject that still has a huge impact on the portuguese population: poverty, a real plague that persists in society and leads to social exclusion.

Do the portuguese newspapers highlight issues related to poverty? This is the question that guided our investigation. To delimit the topic, we chose to examine the way in which two newspapers (Public and Alto Alentejo) address this issue, namely on the International Day for the Eradication of Poverty. Therefore, a content analysis was performed.

Keywords: Poverty; journalism; content analysis

Índice

Introdução	1
Breves notas históricas sobre o conceito de pobreza	4
Apontamentos sobre o conceito de pobreza	8
Esboço sobre a nova pobreza em Portugal: um pequeno contributo para a sua compreensão	13
Agenda 2030 das Nações Unidas tem a erradicação da pobreza como objetivo	16
Dia internacional para a erradicação da pobreza	18
A pobreza e o fenómeno da exclusão social	21
O papel do jornalista no contexto contemporâneo	25
As fontes de informação no espaço da notícia	32
Definição do problema e perspetivas de investigação	36
Delineamento do estudo	36
Metodologia e objetivos da investigação	36
Caracterização dos jornais em análise.	38
Jornal Alto Alentejo	38
Estrutura e Organização	39
Estatuto Editorial	40
Jornal Público	41
Organização	42
Estatuto Editorial	43
Análise descritiva dos conteúdos noticiosos publicados	45
As abordagens diferenciadas do jornalismo nacional e local	56
Caracterização geral das notícias	58
Tabela 1	58
Tabela 2	60

Tabela 3	63
Conclusão	65
Bibliografia	67

Introdução

A presente dissertação pretende efetuar, num primeiro momento, uma resenha teórica enquadradora dos conceitos de pobreza e exclusão social, bem como os fenómenos em torno desta temática, permitindo traçar a evolução dos conceitos relacionados com esta problemática.

O conceito pobreza tem-se revelado ao longo dos anos, como um tema complexo e difícil de definir. Como tal, diversos autores das mais variadas áreas têm-se debruçado sobre o tema, na busca de uma definição que ainda se encontra em construção constante.

É de realçar igualmente, que existem vários tipos de pobreza que serão abordados e definidos ao longo deste trabalho.

Trata-se de um tema que assombra mundialmente diversas pessoas desde o início da história da humanidade.

“A pobreza em Portugal não é um fenómeno recente... ser pobre corresponde em grande parte dos casos a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada, não só nas condições materiais de vida, mas também nas tradições culturais e nas relações interpessoais entre grupos e instituições” (Almeida, 1992, p.83)

A pobreza caracteriza-se por ter um carácter pluridimensional, sendo que este conceito não se resume apenas à falta de dinheiro ou de rendimentos, este ultrapassa o aspeto puramente económico, atingido o Homem em diversas dimensões, tanto físicas como psicológicas, como iremos ver mais a frente.

Podemos observar este conceito em vários momentos da vida no quotidiano, através de uma ausência na satisfação das necessidades básicas, no comportamento, nas atitudes ou situações que coloquem em causa os direitos humanos¹.

¹ Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

É importante definir a ideia de como é viver numa situação de pobreza, sendo necessário avaliar a situação do indivíduo em diversos setores, como por exemplo, no âmbito da educação, a nível de saúde, na alimentação, no vestuário, no pagamento de habitações, nos rendimentos familiares, entre outros.

É também fulcral referir que a condição de ser pobre conduz inevitavelmente a várias situações de exclusões sociais, que podem ser observadas não apenas no consumo de bens materiais, mas também na cultura, no acesso ao conhecimento, prestígio social e na participação em redes de relacionamento socialmente diversificadas.

Robert Castel (1995) define “exclusão social como a fase extrema do processo de marginalização”, no seguimento de uma acumulação de ruturas na relação entre o indivíduo e a própria sociedade. Ou seja: “O pobre aprende a ser pobre porque, por mais que faça, não consegue soltar-se das amarras da pobreza” (Costa, 1998).

O mesmo autor afirma também existir uma espécie de conformidade por parte de todos aqueles que são vítimas da pobreza, sendo através dos sucessivos fracassos na vida no geral, que irá provocar no indivíduo uma baixa autoestima e a incapacidade de alterar a sua condição.

A pobreza não é apenas a falta de algo material, esta é ainda uma condição social e psicológica, visto que, a falta de conquistas e de oportunidades na sociedade, originam a exclusão, que por conseguinte, proporciona sentimentos de angústia, injustiça, mal-estar, ressentimentos, vergonha, humilhação e culpa.

Por outro lado, é importante assinalar que o tema central deste trabalho se concentra essencialmente em entender: de que forma a imprensa em Portugal aborda e destaca esta temática nos jornais.

Para tentarmos demarcar a análise deste trabalho foram comparados dois jornais, tratando-se de um jornal regional, jornal *Alto Alentejo* proveniente da região de Portalegre, Alentejo, e um jornal nacional, jornal *Público*.

Como as temáticas relacionadas com a pobreza e as desigualdades sociais são amplas, optou-se por examinar um dia em específico, o dia internacional para a erradicação da pobreza, celebrado anualmente a 17 de outubro.

No primeiro capítulo são apresentados alguns elementos de enquadramento do tema, contextualizando o fenómeno da pobreza na sociedade, assim como a sua evolução ao longo dos anos.

O segundo capítulo sintetiza as principais características da imprensa e da profissão do jornalismo, fornecendo um conjunto de elementos que permitem distinguir os tipos de imprensa em Portugal, bem como a importância dos temas nesses respetivos jornais.

Por fim, o último capítulo faz referência à vertente prática da dissertação, sendo realizada uma análise de conteúdo dos dois jornais.

Breves notas históricas sobre o conceito de pobreza

É importante referir, que a condição de pobreza não é algo que deva ser visto com naturalidade, mas sim como uma condição que foi construída e mantida com intenção.

Com o passar dos anos, observamos que a pobreza e a exclusão social não tiveram uma verdadeira diminuição nem foram realmente combatidos ao longo da história, esta problemática social já era palco de discussões e mediações desde a Idade Média.

Na Idade Média, quem combatia a pobreza era a igreja católica e o Estado, mas ao mesmo tempo, também eram estes os grandes impulsionadores do seu crescimento, através de medidas absurdas que eram impostas de forma a garantirem a manutenção e a naturalização desta problemática.

Para a igreja católica, ser pobre era visto como um estado definitivo a partir da vontade divina, a lógica da época remetíamos para que quem tivesse nascido pobre era porque Deus queria que assim fosse, de igual modo, quem teria nascido em condições de vida favorável era por decisão divina.

Desta forma, os indivíduos pertencentes à classe alta na sociedade, acreditavam na época que era através da caridade com o pedinte de rua que as pessoas ricas encontravam o seu “caminho para o céu” sendo que para tal deveria existir algum tipo de doação, geralmente esmolas que eram oferecidas aos pobres.

Já no início do século XVIII altera-se radicalmente a imagem do “pobre” na sociedade, anos após este ser visto para as classes altas como um meio de rendição pelos pecados e as injustiças cometidas na terra, neste século os que eram atingidos pela pobreza já eram vistos com uma conotação negativa, representando por sua vez a mendicidade.

Nos finais do século XVIII a pobreza continuava associada ao lado mais obscuro, surgindo a noção de “classe perigosa”, isto é, qualquer situação negativa que pudesse destabilizar o bom funcionamento de uma determinada sociedade era sempre consequente da “classe pobre”.

Deste modo, onde nem se procurava apurar a verdade e condenar os verdadeiros culpados, a “classe perigosa” era sempre considerada a responsável pelos males que poderiam vir a acontecer.

Os “pobres” eram os que não se sujeitavam nem às leis, nem às normas de viver em sociedade. Consequentemente eram denominados de “criminosos” e “libertinos”, representando assim um perigo para a ordem na sociedade.

Mais tarde, com a Revolução Francesa, aparece a afirmação dos direitos das pessoas em situação de pobreza, na declaração de 1791, ainda no final do século XVIII.

No século XIX, já não existe um padrão exato para se ser considerado pobre, aí a sociedade procura classificar os pobres em função do seu mérito, fazendo uma distinção entre os bons, que eram todos aqueles que demonstravam gosto pelo trabalho e capacidade de gestão dos seus salários, e os maus que eram todos aqueles que não queriam trabalhar ou que não sabiam gerir os seus rendimentos.

É de destacar que nesta categorização, passaram a ser incluídos os operários, que apesar de trabalharem arduamente apresentavam condições de vida precárias.

Interessante é notar que a sociedade que primeiro definia com tanta convicção a classe “pobre”, começou a apresentar dificuldade em “catalogar” as pessoas que realmente pertenciam a essa classe social.

Assim, o conceito de pobreza começou a tornar-se confuso e é a própria sociedade que já não consegue fazer a distinção clara entre os pobres, os operários e a classe perigosa. No entanto, existia uma característica “fixa” e estereotipada do pobre, sendo este descrito como um ser sujo, estúpido, selvagem, irrefletido e irracional.

Apenas na segunda metade do século é que o trabalhador pobre adquire uma identidade como classe, associando-se a ele o reconhecimento do direito de beneficiar de políticas sociais.

“Por outro lado, se se tiver em conta que, (...) uma parte, também considerável, das famílias pobres era constituída por famílias de activos empregados (por conta d’outrem ou por conta própria), conclui-se que o combate à pobreza também tem a ver com a repartição primária do rendimento (e dos recursos)”. (Costa,2007, p.56)

Refletir sobre a situação política e social em Portugal na época da Primeira Grande Guerra Mundial é também fundamental para a compreensão da problemática. Afinal, quem eram os pobres da época? A maior parte da população vivia de modo precário, sem qualquer tipo de condições e a fome e a pobreza assombavam o país.

Estima-se ainda que, mais de metade da população era analfabeta e, no século XX, quando se ponderou que Portugal participasse na primeira guerra, o país enfrentava um caos interno com as inúmeras doenças que iam surgindo, como a tuberculose, a pneumonia, entre outras.

A pobreza que já atingia um nível elevado da população, com a participação de Portugal no conflito, aumentou.

Com o avançar do tempo o termo “pobre” viria a redefinir-se sucessivamente, no entanto, nos finais dos anos 60, a pobreza já é traduzida como um fenómeno que também atinge os países chamados desenvolvidos.

Contudo, para o senso comum o pobre é visto como alguém que reside noutros continentes e nos países subdesenvolvidos:

“Embora não se constituindo em sinónimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficits e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.” (Sawaia, 1999, p. 22).

Com a crise económica mundial dos anos 70 e 80 a noção de pobreza surge novamente associada à ideia de “novos pobres”, caracterizados não só pela problemática de desenvolvimento de um país, mas também pelo novo núcleo de pessoas atingidas por esse problema.

Desta vez, a pobreza também passa a atingir indivíduos e famílias que se encontravam bem inseridos na sociedade, como na vida profissional, que por algum motivo acabam por cair na pobreza.

Com o conhecimento do conceito de pobreza nas diversas sociedades a nível mundial, eis que na década de noventa surge uma nova conceção consequente da pobreza, a exclusão social, sendo este conceito ainda muito presente na sociedade atual.

O que pretendemos enfatizar é que a pobreza se torna num fenómeno muito visível principalmente nas grandes cidades, pela sua crescente presença de mendigos e sem abrigos.

No dia 21 de janeiro de 1974 o Conselho Europeu adotou o primeiro programa de ação social de luta contra a pobreza. No entanto, apenas no ano seguinte é que foi colocado em prática o primeiro programa europeu de luta contra a pobreza, concretizado através de uma serie de micro projetos.

Em 1981, o Conselho Europeu definiu que “são considerados pobres aquelas pessoas que dispõem de rendimentos inferiores à metade dos rendimentos médios per capita do país em que vivem.”.

Após essa data podemos ainda destacar, em 1985-1989 surgiu o segundo programa Europeu de luta contra a pobreza, onde foram propostas medidas positivas que visavam apoiar os mais desfavorecidos.

E em maio de 2020 foi criado o “SURE” (support to mitigate unemployment risks in an emergency), instrumento europeu para atenuar os riscos de desemprego face a crise instalada após o surgimento do vírus.

É certo que a pobreza sempre acompanhou a história da humanidade nas mais diversas crises económicas da sociedade, no entanto, é importante perceber em que consiste na realidade a pobreza, quais as características que permitem identifica-la e através desta que consequências se pode refletir no indivíduo e na sociedade em geral.

Apontamentos sobre o conceito de pobreza

A pobreza refere-se a um fenómeno social que não nos pode deixar indiferentes. De facto, vários autores tentaram ao longo dos anos definir este conceito, interpretando uma mesma temática de forma díspar.

Bruto Costa esclarece que a pobreza se retrata numa “(...) situação de privação resultante de falta de recursos. Esta definição tem duas partes que interessa sublinhar: privação e falta de recursos, termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito.” (Costa, 2007, p.27)

Ou seja, qualquer indivíduo que por algum motivo tenha perdido o seu emprego, por motivos de saúde, dependências, características físicas, entre outros e por essa razão não tenha condições de garantir uma vida digna, é considerada pela sociedade atual uma pessoa “pobre”.

Bruto da Costa refere que:

“A privação traduz-se, antes do mais, em más condições de vida. Este é, porventura, o lado mais visível da privação e da própria pobreza. Normalmente trata-se de privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc.” (Costa, 2007, p.27)

É importante referir que a nossa constituição assegura a cada cidadão uma série de direitos, que diariamente podemos comprovar que não são adquiridos por todos nós, conforme defende o Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Ou seja, qualquer cidadão deve ter o direito a condições que lhe permitam ter uma vida digna, onde por direito, todos deveriam ter acesso a assistência médica quando necessária no quotidiano, assim como a alimentação e o alojamento.

Desta forma a “pobreza” pode ser definida como a:

“condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, 2001.)

Deste modo, todo o indivíduo que não tenha possibilidades de adquirir o necessário para o bom funcionamento da sua vida, sendo privado no seu dia-a-dia de bens essenciais e de direitos que não lhe permitam participar de forma livre e ativa na sociedade, encontram-se inseridos no conceito de pobreza.

Como apurou Rocha (2003, p.9) “pobreza é um fenómeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.”, no entanto é importante questionar quais são estas necessidades e o que é adequado.

Assim, podemos constatar que estamos perante um tema complexo sendo este composto por dimensões subjetivas, econômicas, sociológicas e políticas. É de realçar que se trata de um conceito em constante construção, cujos pressupostos diferem de acordo com a localidade e a cultura de cada sociedade.

É importante referir que o conceito pobreza se tem vindo a alterar ao longo do processo de evolução da sociedade, firmando-se assim novas interpretações em relação a este tema por parte de diversos autores, isto é, enquanto que uns afirmam tratar-se de um tema ainda em construção nos tempos atuais, para outros trata-se de um tema que pode ser definido na sua generalidade com alguma facilidade.

Townsend (1993, p.30) relembra que, “balizando-se nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, esta abordagem definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física.”

No entanto, de acordo com Kageyama Hoffmann “a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família.” (Hoffmann 2006, p.80)

Enquanto que para Townsend, o conceito pobreza apenas se traduz na forma física de determinada pessoa, para Hoffmann, a ideia de pobre vai mais além, sendo que para este existe a necessidade de colocar em análise mais detalhes de forma a perceber se existe pobreza e em que tipo de privação material ou social/cultural o indivíduo se encontra.

O conceito de pobreza acaba por interferir em diversos pontos essenciais na vida de cada cidadão, como por exemplo: na capacidade de acesso de cada indivíduo/ família a determinados serviços que lhe possibilitem uma melhor qualidade de vida, como é no caso da educação, saúde, vestuário, alimentação, habitação, entre outros.

No entanto, afim de eliminar a pobreza no mundo o sistema político afirma existirem uma série de direitos não assegurados, que se reflete, na maioria dos casos, na expropriação e exploração dos indivíduos, e numa repartição injusta e desigual na renda nacional entre as classes sociais.

Retenha-se, ainda o que Silva afirma:

“O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda.” (Silva, 2010, p.157.)

O que, no entanto, pretendemos enfatizar é que o conceito de pobreza tem sofrido diversas alterações resultantes de novas realidades associadas ao termo, por essa razão, sociólogos e investigadores têm aumentado abordagens distintas sobre a pobreza, classificando-a em diferentes tipos de pobreza: pobreza absoluta e a pobreza relativa.

Inserido neste contexto Almeida, assinala a seguinte distinção:

“O conceito de pobreza absoluta refere-se a um conjunto de bens ou de recursos abaixo dos quais se deve falar em pobreza. Este conceito levanta dificuldades metodológicas por exigir a definição das necessidades mínimas de subsistência. O conceito de pobreza relativa localiza a pobreza por referência a um lugar e tempo precisos. Considerar, por exemplo, que os pobres em Portugal são aqueles que dispõem de menos de 50% do rendimento médio nacional é utilizar um conceito relativo de pobreza. No entanto também este conceito apresenta dificuldades pela necessidade que tem de integrar outros indicadores, para além do rendimento, como estabilidade dos rendimentos, património, etc. ... qualquer que seja o conceito utilizado – Pobreza

Absoluta ou Relativa – a pobreza definida em termos de limiar do rendimento parece ter apenas o mérito de ser politicamente operacional (...).” (Almeida, 1992)

Pelo apresentado, estamos em condições de reconhecer que no caso da pobreza absoluta ou extrema, parte-se do princípio que as pessoas não veem satisfeitas as suas necessidades básicas que possam permitir viver a sua vida com dignidade. Por exemplo, passar fome, não possuir água potável, habitação digna, roupas suficientes ou medicamentos, são indicadores deste tipo de pobreza.

Esta situação é mais comum nos países em desenvolvimento, mas algumas pessoas na União Europeia (UE), tais como os sem-abrigo ou as comunidades ciganas, continuam a viver nesta situação de pobreza extrema. Neste contexto, julgamos importante assinalar o pensamento de Giddens: “Coisas vistas como essências numa sociedade podem ser consideradas luxos supérfluos noutra (...).” (Giddens, 2004, p. 313)

Já no caso da pobreza relativa, esta é identificada através de uma situação na qual o estilo de vida e o rendimento de algumas pessoas se situa a um nível bastante abaixo do nível de vida do país ou da região em que vivem.

Esta realidade difere de país para país dependendo do nível de vida da maioria da população. Embora não tão extrema quanto a pobreza absoluta, a pobreza relativa é ainda bastante preocupante e prejudicial, estando atualmente ainda muito presente na sociedade.

Esboço sobre a nova pobreza em Portugal: um pequeno contributo para a sua compreensão

A pandemia gerada pela covid-19 evidenciou e agudizou as assimetrias sociais pré-existentes. De facto, as consequências geradas pela pandemia que começou no final do ano 2019, são múltiplas e o impacto fez-se sentir de imediato nos mais distintos setores.

Diversas entidades, como os órgãos de comunicação, o governo, diferentes associações de apoios e a própria sociedade, vêm manifestando preocupação sobre o aparecimento de novos pobres em Portugal e no mundo, aprofundando por consequência a desigualdade social, e por resultado o abalo dos esforços para promover o desenvolvimento de cada país.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) trata-se da maior crise global de saúde vivida nos últimos 75 anos, podendo gerar no futuro proporções inéditas em distintos setores.

Com a paralisia da economia mundial, estima-se que esta crise que vivemos atualmente irá afetar essencialmente os trabalhadores, as crianças, as mulheres, os idosos, os migrantes, os sem-abrigo, as minorias étnicas e todos os que estão entre os grupos que experienciam maior marginalização. Isto é, foram os grupos minoritários e/ou socialmente estigmatizados existentes no nosso país que mais sofreram com o surgimento deste vírus.

Ao longo de 2020, todos os estabelecimentos que contribuem diariamente para a economia do nosso país viram-se obrigados a fecharem portas, uns por obrigação imposta pela Direção Geral da Saúde (DGS), outros depois por falta de clientes que não consumiam por medo de contrair o vírus, e por fim alguns que encerraram definitivamente portas por não ter possibilidades para arrecadar os custos que esta nova crise impulsionou.

Conforme indica o site do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), no final do mês de abril de 2020, pouco depois do início da pandemia 83% das empresas mantinham-se em atividade embora fosse parcialmente, 16% encerraram portas temporariamente enquanto que 2% das empresas encerraram definitivamente.

É de realçar que, se atualmente vivemos tempos incertos devido a esta nova crise, no futuro a chamada “nova geração” enfrentará o impacto que este vírus deixou no mundo.

Recorde-se que, conforme consta nos dados apresentados pelo INE num curto período, a taxa de desemprego disparou logo no princípio do ano 2020. Receia-se ainda que após o controlo da covid-19 as empresas que sofreram as consequências desta crise sanitária decidam fechar, demitindo assim milhões de trabalhadores. As chamadas pequenas e médias empresas (PME), como por exemplo o comércio local, são afetados por não terem fundo de maneo suficiente para continuarem o seu negócio no futuro.

Com o surgimento de “novos pobres”, Portugal conta com diversos apoios de diferentes órgãos sociais, como de instituições de caridade. Por exemplo: a instituição da Cáritas, bem como outras instituições do género que tem como missão trabalhar em prol de um mundo melhor, especialmente no apoio de pessoas carenciadas e frágeis que acabam por ser oprimidos pela sociedade na qual se encontram inseridos.

Recentemente noticiado pela Cáritas², em pouco mais de um mês, a associação já recebeu o dobro dos pedidos de ajuda que por norma recebia, sendo que ainda no mês de março de 2020 a instituição ajudava cerca de mais 11 mil novas famílias, representada numericamente por mais 50 mil novas pessoas.

Em 2019, de acordo com o INE estimava-se que em Portugal 21.6%, que corresponde aproximadamente 2.2 milhões de indivíduos portugueses que viviam em risco de pobreza ou exclusão social. Porém, esta percentagem prevê aumentos significativos por consequência dos tempos que o país vivência atualmente.

Pensamos que os novos pobres devem surgir em Portugal e a maioria estará ligada a área do turismo, como por exemplo os condutores de Tuk-Tuk presentes nas grandes cidades, os táxis a nível geral, assim como todas as pessoas ligadas a área relacionada com a restauração e da hotelaria, pois houve forte redução da atividade turística no país.

A par disso, praticamente todos os setores e atividades foram afetados com o surgimento desta pandemia, como por exemplo os trabalhadores relacionados com atividades culturais, como é o caso do cinema, teatro, museus, os trabalhadores de ginásios, as discotecas, cafés, que viram os seus estabelecimentos serem fechados.

² Notícias disponíveis em: www.caritas.pt

Com a taxa de desemprego a aumentar drasticamente dia após dia, conforme indica numa notícia publicada em abril 2021 no jornal *Observador*³, estima-se que com as obrigações fiscais, com o pagamento de rendas, contas e da alimentação, acaba por se tornar insustentável para determinadas famílias assegurarem a sua qualidade de vida.

Este tema persiste em acompanhar o país ao longo dos anos. No entanto, com o surgimento da pandemia no país o caso da pobreza acentuou-se ainda mais, aumentando drasticamente o número de pobres, conforme destaca o jornal *Expresso* numa das suas publicações⁴.

Outra consequência da pandemia que ganhou destaque nos órgãos de comunicação foi a saúde mental, com os níveis de pobreza a aumentar, diversas famílias que em antes já apresentavam algumas dificuldades, viram-se de um dia para o outro sem emprego, sem salário, sem apoios e sem perspetivas de futuro, o que veio aumentar os níveis de depressão e suicídio no país e no mundo.

É impensável que num país considerado pequeno ainda existam famílias portuguesas que mensalmente não consigam atingir o valor monetário de um salário mínimo, conforme indica o jornal *Expresso* numa edição de junho de 2021, num artigo de opinião.

Com esses valores, é de destacar que atividades de lazer e descanso não se encontram ao alcance de diversas famílias portuguesas conforme destaca a deputada Joacine Moreira, relativamente à publicação de uma notícia que afirma que Portugal representa 72.6% de pessoas em risco de pobreza que não conseguem sequer pagar umas férias.⁵

Derivado as profundas desigualdades demarcadas atualmente no nosso país, é inquestionável que o termo “pobreza” não tenha voltado a marcar a agenda mediática portuguesa.

³ <https://observador.pt/2021/04/28/desemprego-aumenta-em-2020-em-todas-as-regioes-de-portugal-exceto-no-alentejo-e-aco-res-e-na-maioria-das-regioes-da-uniao-europeia/>

⁴ <https://expresso.pt/opiniao/2021-06-28-400-mil-novos-pobres-e-o-pais-a-ver-a-bola-14b3da09>

⁵ <https://www.noticiasao minuto.com/politica/1809006/tempo-de-ferias-e-tambem-tempo-de-desigualdades-profundas>

Agenda 2030 das Nações Unidas tem a erradicação da pobreza como objetivo

Acabar com a pobreza no mundo está no foco dos esforços mundiais, e o objetivo é simples, garantir o futuro desenvolvimento sustentável para todos. Numa época em que o mundo atravessa uma série de desafios económicos, sociais e ambientais, é importante contar com o apoio das empresas afim de conseguir regularizar os problemas atuais, e dessa forma garantir um futuro sustentável e de inclusão para toda a população.

Foram definidos entre 2000 e 2015 oito objetivos de desenvolvimento sustentável do milénio, que têm como meta promover a paz, a justiça e construir instituições eficazes capazes de moldar, orientar, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos, atividades e avaliar impactos nos mais diversos sectores, permitindo-lhes assim capitalizar uma vasta quantidade de benefícios.

Assim, de uma forma geral, pretende-se: a erradicação da pobreza extrema, como é o caso da fome no mundo, o alcance do ensino primário universal, a promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres na sociedade, com medidas que visam reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária bem como outras doenças graves, garantir a sustentabilidade ambiental e por fim desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Em 2015, definiu-se o programa “Agenda 2030” ⁶que deve ser cumprido em diversos países. É constituído por 17 objetivos e 169 metas, que garantam o desenvolvimento sustentável (ODS), visando promover a prosperidade comum e o bem-estar para todos, face as inúmeras mazelas mundiais presentes.

Dentro destes 17 objetivos propostos⁷, encontramos seis objetivos que vão de encontro com o tema debruçado nesta dissertação, sendo eles: erradicação da pobreza, erradicação da fome, metas que visam melhorar a qualidade da saúde permitindo o acesso para todos, a possibilidade de adquirir educação e formação de qualidade, possibilidade de ter um

⁶ <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-multilaterais/agenda-2030>

⁷ <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

trabalho digno com possibilidade de crescimento económico e a redução das desigualdades sociais.

Segundo dados estatísticos compartilhados pela ONU, a agenda de 2030 tem como objetivo acabar com todo o tipo de pobreza do ponto de vista económico existente no mundo, consignando que aproximadamente mais de 800 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável têm grande incidência no âmbito social, evidenciando, assim, a erradicação da extrema pobreza como o principal desafio global.

“Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades.” (Sen, 1990, pp.10-11)

Em suma, todos aqueles que vivem em situação de miséria acabam por ser colocados de parte perante a sociedade, sendo que o sentimento de frustração e fracasso se traduzem numa acomodação.

A situação de extrema pobreza foi demarcada pela ONU como sendo o primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável. Desta forma, conclui-se que cabe à alçada jurídica, social, económica e política de cada país garantir a superação da miséria absoluta no mundo, conforme pretendem garantir os direitos humanos, “[...] ninguém escolhe o berço onde nasce, é a sociedade que deve se responsabilizar pelas classes que foram esquecidas e abandonadas.” (Souza, 2017, p. 118)

Dia internacional para a erradicação da pobreza

Os níveis de pobreza estão a aumentar em Portugal derivado a pandemia da covid-19⁸, afetando conseqüentemente o desenvolvimento económico do país. Neste contexto vivido neste ano atípico, ainda mais sentido faz destacar este tema de dissertação, realçando esta problemática que já acompanha o ser humano há demasiados anos.

O dia internacional da pobreza, celebrado em todo o mundo no dia 17 de outubro, tem como objetivo alertar a sociedade e os governos do mundo que qualquer cidadão tem o direito de viver uma vida digna, contemplada na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Na nossa opinião, é importante destacar os seguintes artigos:

Artigo 1.º

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Artigo 3.º

“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”

Artigo 22.º

“Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.”

⁸ <https://sicnoticias.pt/pais/2021-04-12-Pobreza-em-Portugal-os-novos-pobres-e-os-que-regressam-a-cenarios-vulneraveis-0e9c2b96>

Artigo 23.º

“Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.

Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.”

Artigo 25.º

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

No entanto, muitos milhares de portugueses assim como milhões de pessoas à nível mundial encontram-se esquecidas por aqueles que deveriam assegurar que esses direitos sejam adquiridos no quotidiano de cada pessoa.

Oficialmente, o dia internacional para a erradicação da pobreza foi celebrado pela primeira vez em 1992. No entanto, houve uma primeira comemoração em 1987, altura em que 100.000 pessoas de todas as origens sociais e continentes se reuniram em França, na cidade de Paris, numa homenagem às vítimas da pobreza.

O movimento teve início com o padre Joseph Wresinski⁹, que foi o fundador do “Movimento Ação de Todos pela Dignidade”, este procurava combater a miséria, a fome e a violência de que são vítimas os pobres nas sociedades.

Já em 1956, quando tinha na altura 39 anos, Joseph exercia o cargo de sacerdote há 10 anos, quando foi enviado um dia para o campo de Noisy le Grand, onde estavam lá

⁹ Joseph Wresinski nasceu em 1917 e acabou por falecer em 1988 com apenas 69 anos, a sua luta pela dignidade e direitos dos pobres relata em parte vivências do seu passado, enquanto criança Joseph sofreu épocas de grande miséria, chegando mesmo por vezes a sentir fome. Wresinski, no início da sua carreira como ativista identificou diversas situações de rejeição e humilhação por parte do governo, que ignorava a situação de muitos que viviam na pobreza.

presentes reagrupadas mais de 250 famílias que viviam num clima de extrema pobreza, instalados em abrigos improvisados.

Wresinski, acabou por se instalar no abrigo juntamente com as famílias, onde passado um ano de luta é fundado a associação Ação de Todos pela Dignidade (ATD).

Mais tarde, no Plaza Direitos Humanos em Trocadéro, em França, foi inaugurada por Wresinski um monumento comemorativo, cuja a mensagem tinha como objetivo lembrar tanto a importância dos direitos humanos bem como o sofrimento diário dos que sofrem de pobreza.

Desde 1992 mais de trinta pedras comemorativas semelhantes foram distribuídas por todo o mundo, cada pedra mármore possui o mesmo texto “Onde quer que homens e mulheres sejam condenados a viver em extrema pobreza, os direitos humanos são violados. Reunir-se para garantir que esses direitos sejam respeitados é nosso dever solene.”

Após a morte do padre Joseph Wresinski¹⁰, a ONU oficializou o 17 de outubro como o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

É importante referir, que tanto em Portugal como nos restantes países pertencentes a UE, a pobreza e a exclusão social são problemas sociais que sempre existiram e continuam ainda muito presentes na sociedade. Infelizmente, em vez de ser um problema que deveria ter sido já resolvido com a evolução dos tempos e dos anos, têm-se cada vez mais agravado.

¹⁰ Joseph Wresinski, foi sepultado em Méry-sur-Oise (ilha de França), sendo que o seu marco ficou gravado na história, existindo assim desde 1992 no dia 17 de outubro em muitos países do mundo, a união de muitas pessoas na comemoração do dia da erradicação da pobreza como forma de renovação do seu compromisso com a luta contra a pobreza.

A pobreza e o fenómeno da exclusão social

Portugal tem enfrentado nos últimos anos uma profunda crise económica e social, que afetou em maior escala a população que já se encontrava em risco de pobreza e exclusão social. É de conhecimento público que muitos cidadãos vivem atualmente em condições consideradas desumanas por não apresentarem as características necessárias para poder ter uma vida digna.

No entanto, é de salientar que a pobreza não é determinada apenas pela situação de desemprego. A qualidade de vida daqueles que trabalham diariamente, mas que não possuem condições financeiras que lhes permitem viver dignamente acaba por ser igualmente uma condicionante na vida de um indivíduo, que os remete para uma situação de pobreza conforme refere o jornal *Público*, em março 2021¹¹.

Como já foi referido, com o início da pandemia no ano de 2020 em Portugal, a pobreza e a exclusão social sobressaíram no nosso país, em algumas famílias que já se encontravam no limiar dessa situação, e outras que já sofriam do conceito de pobreza viram a sua situação piorar.

Após abordarmos a temática da pobreza e das suas repercussões a nível social, podemos afirmar que tanto o conceito de desigualdade social como o conceito de exclusão social, são problemas que estão intimamente relacionados com a pobreza.

Analisando de forma sucinta a história do nosso país, estas situações de desigualdade social e exclusão social sempre estiveram bem presentes no passado da nossa sociedade.

Como exemplo podemos destacar a época em que Portugal vivia num regime político monárquico, onde apenas o rei era detentor de todo o poder e “verdade”, nessa altura, a pobreza e a exclusão social eram a “sombra” da sociedade, e apenas a classe alta (a nobreza e o clero) se relacionavam entre eles, o restante da sociedade era excluída, onde vivia em casos de extrema pobreza. Ou seja, a exclusão era a norma.

¹¹ <https://www.publico.pt/2021/04/12/sociedade/noticia/nao-basta-emprego-seguro-evitar-pobreza-1958041>

Esta problemática é observada em diversos setores e em diversos momentos da vida nas questões de género, de raça, em relação a faixa etária de determinado indivíduo, na saúde, entre outros.

Retenha-se, ainda, o que sublinha Antunes:

“As relações entre género e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mundo do trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.” (1999, p.109)

Outro ponto a assinalar é a desigualdade racial, que vai de encontro a distinções sociais hierárquicas entre diversos grupos étnicos provenientes de uma sociedade, muitas vezes relacionadas com a cor de pele, características físicas ou culturais de determinado indivíduo:

“A primeira forma de excluir é não aceitar, não compreender e criticar, sistematicamente, o que difere de nós. A alteridade justifica-se naturalmente e por ela própria. É sinal de vitalidade cultural e responde negativamente, desde logo, a um preconceito que, vindo de ontem, ainda hoje, povoa algumas mentes: o da superioridade racial e cultural. Este preconceito exclui, porque hierarquiza, exclui porque inferioriza, exclui porque mutila um direito insofismável: o da igualdade e o da

diferença. Um excluído é um marginalizado. Regra geral, é a sociedade que marginaliza e exclui, limitando a liberdade, o humanismo, o respeito, enfim... a verdadeira dimensão humana.” (Oliveira 1999, p.136).

As desigualdades raciais sempre estiveram presentes na evolução da nossa sociedade, infelizmente em pleno século XXI ainda são muitos os casos que podemos ver diariamente.

Temos como exemplo dessa desigualdade, os Estados Unidos da América (EUA), onde existe em grande percentagem o racismo em relação as pessoas de cor, de onde chegam constantemente notícias de assassinatos e violência perante esses indivíduos, que apenas tem como diferente dos restantes a sua cor de pele¹².

Geralmente, a tendência do ser humano é rejeitar tudo aquilo que diverge do “conhecido”, reagindo através da exclusão social e da discriminação social perante tudo aquilo que é novo e aqueles que se apresentem de forma diferente.

Na área da saúde, as desigualdades são múltiplas: por exemplo, o acesso gratuito a remédios ou a consultas, o que por sua vez pode condicionar a vida de quem não consegue pagar esse serviço.

A exclusão sexual¹³, é igualmente um tema de grande debate na atualidade, e as pessoas acabam por sofrer de discriminação social e de violência por se demonstrarem diferentes, do que é considerado “normal”.

¹² <https://www.dn.pt/pais/agente-da-psp-que-tera-agredido-claudia-simoes-constituído-arguido-11909566.html>

(caso de Cláudia Simões alegadamente agredida numa paragem de autocarro por um agente da PSP que passava pelo local.)

<https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/maus-tratos-policiais-sao-um-facto-e-parecem-afetar-mais-quem-tem-origem-africana-13030956.html>

(comité anti tortura do Conselho da Europa recebe após visita a Portugal várias queixas credíveis de maus tratos por partes dos agentes da autoridade.

¹³ <https://observador.pt/2021/10/07/porto-professor-de-bioetica-diz-a-estudantes-que-dadores-podem-transmitir-gene-homossexual/>

Segundo Lamark (1995) a exclusão social é um processo complexo onde as causas e as consequências aparecem interligadas entre si, não sendo um modo redutível a situações de carência ou de escassez em termos de recursos patrimoniais, individuais ou globais.

Já José António Oliveira também sublinha que (1999, pp.136-138) “há que combater hoje os fatores que originam a exclusão”, evidentemente “ignorar hoje os problemas significa apanhá-los amanhã com, pelo menos, o dobro da intensidade”, desta forma devemos unir forças para a “construção de um futuro que se quer sempre melhor, mais justo, mais humano e menos de exclusão”.

Em suma, tanto os conceitos pobreza, exclusão social e desigualdades sociais continuam a ser ainda fenómenos mal compreendidos na nossa sociedade.

Após a análise do conceito pobreza, pretende-se conseguir construir um melhor entendimento sobre o modo como a imprensa escrita, aborda o tema erradicação da pobreza.

O papel do jornalista no contexto contemporâneo

O campo da comunicação tal como o da informação atravessam ao longo dos anos diversas alterações nos seus processos de produção.

Um ponto de partida inevitável na nossa análise parece-nos ser a constatação de que um profissional da imprensa deve saber sempre reconhecer um acontecimento, ou facto que seja noticiável, e preservar o seu conteúdo.

O jornalista é um profissional que trabalha com um produto intelectual, que vivência uma realidade complexa, com muitos constrangimentos e seria redutor tentar descrever o papel do jornalista em poucas linhas. A par disso, e antes de partirmos para uma análise da pobreza nos meios de comunicação, vamos apenas delinear alguns aspetos gerais sobre os principais agentes produtores das notícias.

Numa sociedade consumista, a necessidade de informação é contínua, sendo necessário existir rapidez na publicação das notícias. A competição entre os órgãos de comunicação é feroz, o que por vezes não facilita o trabalho do profissional, que por não ter tempo de construir uma investigação sólida sobre determinado assunto acaba por vezes por publicar notícias que não correspondem na totalidade a verdade.

Relativamente ao papel do jornalista, Aroso refere que: “a internet não só está mudando os modos de acesso à informação pelos utilizadores, o modelo de comunicação tradicional, a economia mundial e as empresas de comunicação, mas também o perfil do jornalista.” (Aroso,2003)

Atualmente vivemos na era do digital, onde as notícias de todo o mundo correm à velocidade de um “click”, cada vez mais são exigidas capacidades aos novos profissionais desta área, pois as empresas procuram um indivíduo versátil que tenha técnica na produção de conteúdos para televisão, rádio, jornal e online.

Deste modo, trata-se de um “(...) jornalismo multimédia, que exige escrever a notícia para a internet, com as correspondentes atualizações, e contá-las nos meios audiovisuais, compartilhando toda a informação e renunciando aos exclusivos e às reportagens, por falta de tempo.” (Aroso, 2003)

É de realçar que o jornalismo não é uma profissão fácil, revelando-se na maioria das vezes um desafio diário para quem está inserido no ramo, visto que se trata de uma profissão que acaba por “moldar” a mentalidade da sociedade, através da divulgação de conteúdos relevantes para a atualidade.

Segundo Nelson Traquina: “O jornalismo tem uma autonomia relativa e os jornalistas têm poder; os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção de notícias e, por consequência, na construção da realidade.” (Traquina, 2002, p.14)

Para se ser um bom profissional na área, um jornalista deve apresentar uma linguagem clara e concisa de forma a facilitar a compreensão de todos os leitores, um elevado nível de conhecimentos de natureza técnica, assim como uma boa cultura geral, algo que exige uma maior atenção por parte deste no atual quotidiano.

Para além dessas características, é importante que o jornalista apresente diversos traços comuns aos bons profissionais desta área para o bom desempenho da profissão, sendo estes: a curiosidade, persistência, imparcialidade, compromisso e interesse.

Ou seja, deve interpretar e descrever a informação de maneira simples e clara, o jornalista deve ser uma espécie de intermediário, entre os acontecimentos e o público, devendo sempre seguir o código deontológico¹⁴.

Vivendo atualmente numa sociedade consumista, é importante o tratamento da informação que diariamente chega aos leitores. “A informação pode e deve servir à sociedade, tanto a seus indivíduos quanto a seus conjuntos, com vistas a inúmeras finalidades que conservem e fomentem, incrementem e ampliem a vida” (Groth, 2006, p. 207).

Nesta breve e sucinta apresentação ao trabalho jornalístico, devemos assinalar que a realidade mediática por vezes também é antagónica, marcada por lutas de exercício do poder. Uma das confusões que costuma proliferar é a que se estabelece entre os jornalistas e as empresas para onde estes trabalham. Ora, os média visam o lucro e o trabalho do profissional pode ficar subordinado a tal critério.

No entanto, neste panorama será que a pobreza tem lugar de destaque nos média em Portugal? Antes de mais, convém esclarecer que no nosso pequeno país além da grande

¹⁴ <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>

imprensa nacional também existe o chamado “jornalismo de proximidade”, termo utilizado por Carlos Camponez (2002) para definir a imprensa local. Estes dois tipos de imprensa apresentam características diferentes.

No caso de um jornalista local, o seu trabalho e o seu discurso apresentam marcos próprios que diferenciam esse género jornalístico de outros. Esta afirmação baseia-se numa forma própria de informar pensada e destinada para um público específico.

Na opinião do autor Moragas, todos os jornalistas inseridos no meio local ou regional devem respeitar a história local e privilegiar a cultura. Afinal:

“são todos os que se dirigem a uma comunidade humana de tamanho médio ou pequeno, delimitada territorialmente, com conteúdos relativos à sua experiência quotidiana, às suas preocupações e aos seus problemas, ao seu património linguístico, artístico e cultural e à sua memória histórica.” (Moragas cit in Coelho, 2005, p.154)

Deste modo, é possível afirmar que o jornalismo regional e local:

“desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente diz mais respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo.” (Estatuto da Imprensa Regional)

Para uma melhor compreensão do jornalismo regional, destaca-se o Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei 106/88, de 16 de março) que define a imprensa regional como o conjunto de:

“todas as publicações periódicas de informação geral, conforme à Lei de Imprensa, que se destina predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, e que dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”.

Contrariamente à imprensa nacional, o jornalismo regional e local apresenta um método de aproximação da comunidade à sua própria realidade, procurando sempre tornar o leitor mais participativo, acabando por ser considerado importante sobretudo num mundo onde cada vez mais tudo se torna global.

“Essa é uma missão muito concreta da imprensa regional, a da proximidade, facilitadora da interação dessas pessoas, que normalmente são quadros médios que procuram nessas localidades respostas para aquilo a que estão habituados: o médico, o restaurante, o infantário... E todas essas respostas estão na imprensa regional”. (Santos, 2004).

Garantir a proximidade entre o cidadão e a sua comunidade é uma das características que mais se destaca neste tipo de jornalismo. Através da informação publicada num jornal regional/local é proporcionado aos habitantes dessa região um momento de introspeção em relação as questões mais relevantes da atualidade, originando por consequência uma análise crítica dos assuntos.

Peruzzo, considera que o jornalismo local deve manter a sua identidade e reforçar os laços com a comunidade:

“Local e regional caracterizam-se como um espaço vivido sustentado por laços de proximidade, familiaridade, relacionamentos (económicos, políticos, vizinhança etc.) e laços de identidades os mais diversos que incluem desde uma história em comum, até a partilha dos costumes, das condições de existência e dos conteúdos simbólicos, e não simplesmente das demarcações geográficas.” (Peruzzo, 2003, p. 68).

O reconhecimento do espaço geográfico, social, económico, cultural e do espaço político de determinada região, bem como relatar as vivências da comunidade, assegurar a memória da sociedade, enfatizando os acontecimentos locais e regionais, são mais algumas das características de um jornalismo de proximidade.

Neste tipo de jornalismo existe uma afinidade presente na comunidade com os “seus” jornalistas, pois estes circulam no meio da população, da qual fazem parte e da qual não se podem abstrair.

A imprensa regional constitui, um meio privilegiado de afirmação, de fortalecimento das comunidades e das suas culturas locais, sendo, simultaneamente, um espaço vivo de dinamização de cidadania.

O conceito de proximidade pode ser explorado de facto, a partir de diferentes perspetivas, mas, quando se trata dos média locais e regionais, este refere-se precisamente aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região.

Assim sendo, “esta proximidade da comunidade de lugar, criada na partilha de valores e de um território é também geradora de formas comunicacionais características de que a imprensa regional é um exemplo.” (Camponez, 2002)

Pode assim considerar-se o conceito de jornalismo de proximidade como uma das mais antigas noções associadas ao jornalismo. Talvez por essa razão, e independentemente das enormes dificuldades económicas que este jornalismo tem diariamente presente na sua vida, este conseguiu implementar-se por todo o mundo até aos dias de hoje.

O simples facto de prestar informações de âmbito regional e muitas vezes local, coloca este meio de comunicação em destaque em comparação com outros meios de comunicação de âmbito nacional, como por exemplo no caso dos portugueses emigrantes que continuam a preferir receber informações sobre as suas terras e não propriamente sobre o seu país.

No entanto, é de destacar que o jornalismo regional apresenta também alguns riscos por desenvolver demasiada proximidade com o leitor, por exemplo, no caso dos indivíduos detentores de poder político, podendo colocar em causa a linha editorial e todo o trabalho desenvolvido por determinado órgão de comunicação. É de realçar que essa relação pode trazer para o jornal patrocínios diretos que mantem a vivência deste.

A imprensa regional/local passa diversas vezes por algumas dificuldades no campo económico, nos recursos humanos e mesmo por vezes a nível técnico.

Vítor Amaral enumera alguns problemas da imprensa regional:

“dificuldades na distribuição das publicações regionais, grande parte delas não integram sistemas profissionais de prestação de serviço de distribuição, escasso investimento publicitário (principal fonte de receita) e outras fontes de receita, reduzido índice de leitura e

diminuição do número de assinantes, desinteresse de agentes económicos baixas tiragens, ausência de visão estratégica e de marketing.” (Amaral, 2012, p.11-12)

De forma a combater as dificuldades financeiras que constantemente assombram este género jornalístico, os próprios jornais optam por estratégias que permitem despertar o interesse do leitor, dando maior destaque as pessoas no geral nas suas publicações e aos constantes elogios e destaques que esses órgãos de comunicação fornecem à região.

Desse modo, podemos destacar que se têm assistido à reinvenção dos jornais regionais/locais, com uma maior aposta em plataformas online, assim como as mais variadas redes sociais disponíveis, dando relevo a localidade e as pessoas nela inserida.

As fontes de informação no espaço da notícia

É importante realçar a importância das fontes de informação no jornalismo. Além de outras estratégias, o contacto com as fontes desempenha um dos mais relevantes papéis no exercício do jornalismo.

É através destas fontes de informação que o jornalista consegue chegar às notícias através dos seus relatos, sem ter estado presente em determinado acontecimento. Em jornalismo, entende-se por fontes de informação, todos os portadores de informação, como por exemplo: pessoas, documentos escritos ou audiovisuais.

Nelson Traquina, que se dedicou a identificar algumas das rotinas mais determinantes no trabalho jornalístico referia que “qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação” (2004, p.190).

Já para Schmitz, as fontes de informação podem caracterizar-se da seguinte forma:

“são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas, direta ou indiretamente, a factos e eventos; que agem de forma proactiva, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de um media” (2010, p.20).

De acordo com o autor, qualquer pessoa envolvida diretamente, ou indiretamente, em determinado acontecimento pode ser considerada uma fonte de informação, no entanto o autor destaca que nem sempre a fonte de informação pode ser verdadeira com o jornalista, o que requer uma maior atenção por parte do profissional.

É certo, que as fontes de informação no jornalismo são fundamentais para o desenvolvimento da profissão. Por essa razão, estas têm sido objeto de estudo de vários autores ao longo dos anos que procuram entender como funciona a relação entre ambas as partes e como é realizada a construção de notícias com base nesse relacionamento.

Para o autor Santos:

“Define-se a notícia como uma construção social em torno de dois agentes. O primeiro é a fonte de informação, com interesses na promoção e divulgação de certos factos. O segundo interveniente é o jornalista, que noticia os acontecimentos e desoculta segredos das fontes” (Santos, 2004, p.1).

Uma notícia só pode ser construída de forma correta se nela existir o jornalista e uma fonte de informação, sugere Santos (2004). No entanto, enquanto que nessa ação o jornalista procura adquirir um relato verídico de determinada fonte de informação afim de poder relatar uma notícia para a sociedade, é importante que, o jornalista perceba a veracidade da partilha de conteúdo por parte da sua fonte, que pode ter apenas como intuito beneficiar de alguma coisa através dessa partilha.

De modo a entender as dinâmicas de atuação das fontes de informação na profissão do jornalismo, têm sido desenvolvidos vários trabalhos, como Sigal (1979); Gans (1979), Tranquina (1993) e Manning (2001) que estudaram a relação jornalistas e fontes de informação por considerarem determinante a sua relevância para o estudo do jornalismo. Segundo Herbert Gans (1979), os jornalistas procuram as suas fontes de informação de acordo com as necessidades que se impõem no contexto da produção noticiosa, contudo o autor salienta que a produção jornalística acaba por refletir o posicionamento das fontes na estrutura social.

Além de fatores como a proximidade social e geográfica entre ambas as partes, que tem também alguma influência sobre esta relação, o seu posicionamento social acaba por determinar a sobrevalorização de umas em função de outras. Sobre a relevância das fontes de informação para o contexto jornalístico, também Santos, sugere:

“as fontes podem definir-se como atores que os jornalistas observam, entrevistam, no sentido do fornecimento de informação e sugestão noticiosa, enquanto membros e representantes de grupos e interesses organizados ou não, bem como de sectores vastos da sociedade ou do país (Santos, 1997, p.76).”

Por norma, o objetivo das fontes de informação é fazer chegar aos jornalistas informações verídicas ou pelo menos aquelas que consideram ser realmente importantes para a criação de conteúdo jornalístico, no entanto, é necessário compreender as suas estratégias. Contudo é de salientar que o conhecimento de fontes de informação permite, por fim, aos jornalistas fazer o seu trabalho de forma mais adequada e estas são imprescindíveis na profissão.

“Devido aos interesses específicos de cada uma das partes, a relação existente entre fonte e jornalista constitui uma luta e um negócio permanentes, com aquela a colocar as informações de acordo com objetivos próprios e este a adaptar a informação a quadros de noticiabilidade da sua organização” (Santos, 2001, p.128).

É de salientar que os interesses dos jornalistas e das fontes de informação não coincidem. Os primeiros esperam que os segundos lhes forneçam informações e não bloqueiem o seu acesso, e as fontes recorrem aos jornalistas para fazer passar as informações que mais lhes interessam.

No entanto, nesta relação está por vezes um jogo de poder e de influência que serve de base ao trabalho desenvolvido por ambas as partes. Consideramos importante referir que também na área deste estudo de caso, focado na forma como o conceito de pobreza surge

nos média noticiosos, as fontes de informação podem ter um desempenho estratégico. Olhar para os atores das notícias é relevante na construção de um estudo mais sólido, já que a articulação entre jornalistas e fontes de informação, permite-nos vislumbrar o tipo de notícias publicadas e representações da realidade dos meios de comunicação em estudo.

Definição do problema e perspetivas de investigação

Delineamento do estudo

Conforme referido anteriormente no enquadramento teórico, a problemática da pobreza persiste na sociedade há muitos anos. No decurso desta investigação pretende-se entender o conceito pobreza, exclusão social e desigualdade social, e a forma como esta é representada pelos média e aparece no espaço público.

Deste modo, esta análise tem como objetivo o desenvolvimento de um estudo comparativo entre dois meios de comunicação - um nacional e um regional. Assim, através deste, pretende-se analisar de que forma os dois jornais abordam o tema pobreza no dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, tentando compreender os seus enquadramentos.

Considerando que se trata de um conceito em construção permanente, este trabalho assim como todas as pesquisas realizadas nesta investigação, serão apresentados como mais um contributo ao estudo do tema, permitindo uma melhor compreensão em relação ao mesmo.

Metodologia e objetivos da investigação

Esta dissertação tem como objetivo analisar de que forma a imprensa representa nos jornais o tema da pobreza na sociedade contemporânea. Através desta análise vamos procurar entender de que forma surge o tema no jornal nacional *Público* e no jornal regional *Alto Alentejo*, percebendo de que forma o assunto é valorizado pela imprensa.

Deste modo, pretendemos desenvolver o presente trabalho científico utilizando uma metodologia que cruza uma estruturação qualitativa e quantitativa da análise das notícias publicadas em torno do tema central, partindo da análise de conteúdo.

Este é o tipo de análise que melhor se enquadra nos objetivos da nossa investigação, permitindo-nos incrementar uma complementaridade através da ilustração e clarificação dos resultados. Assim, através de um conjunto de instrumentos metodológicos, e de dados

cifrados será possível a extração de estruturas (Bardin, 2011, p.15) que nos permitam entender o que é veiculado pelas notícias.

“A análise de conteúdo permite uma maior compreensão a quem produz e a quem recebe determinada informação através de conteúdos noticiosos, permitindo igualmente estabelecer parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens.” (Shoemaker & Reese, 1996).

Ainda na primeira metade do século XX, o autor Bernard Berelson, define o método como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (1952, p.18).

Certo é, que o método em si busca reunir diversos elementos tanto a nível quantitativo como a nível qualitativo, de forma a que a metodologia saía de forma reforçada, melhorando o estudo de análise de conteúdo em textos.

Deste modo, foram examinadas seis edições de dois jornais diferentes, onde foram analisadas todas as notícias relacionadas com o tema pobreza. A data da recolha para a constituição do corpus identificou-se o dia 17 de outubro, num período de seis anos, entre 2015 e 2020.

A partir do corpus recolhido analisámos elementos como: o tipo de linguagem utilizada na redação da notícia, as fontes de informação utilizadas nas notícias publicadas e os casos de pobreza, assim como, todos os temas relacionados com este conceito recorrentes no nosso país.

Para o desenvolvimento deste estudo foram identificadas três questões às quais se pretende responder:

1. Os meios de comunicação contribuem para a construção do conceito de forma ativa?
2. São realizados trabalhos profundos de investigação neste dia comemorativo, estimulando o aprofundamento do tema?
3. Como aparece noticiado o dia internacional de luta contra a pobreza – efeméride ou acontecimento?

Caracterização dos jornais em análise.

Jornal *Alto Alentejo*

Fundado há 1 de novembro de 2006, o Jornal *Alto Alentejo* de formato impresso surgiu através de um antigo funcionário do jornal *Fonte Nova*.

Manuel Isaac, atual diretor do jornal *Alto Alentejo*, procurou através dos seus conhecimentos adquiridos no outro jornal, inovar e fundar um novo jornal que abrangesse todo o distrito de Portalegre, e não apenas a cidade de Portalegre.

Atualmente, o jornal apresenta uma grande importância para os habitantes da região por se tratar do único jornal impresso, desta forma, o jornal beneficia de uma grande proximidade com a população das várias localidades do distrito.

Este jornal possui uma grande diversidade no conteúdo das suas notícias, sendo abordados temas tais como, política, desporto, economia, educação, saúde, entre outros.

É um jornal publicado todas as quartas-feiras, tratando-se de um semanário, que é vendido em estabelecimentos como cafés ou papelarias na cidade de Portalegre, como igualmente na própria sede do jornal, no entanto, os funcionários pertencentes ao jornal *Alto Alentejo* também distribuem os jornais todas as quartas-feiras de manhã aos assinantes que pertencem a algumas localidades afastadas do distrito de Portalegre.

O jornal *Alto Alentejo* traz todas as semanas consigo notícias dos mais variados concelhos que constituem o distrito de Portalegre, sendo estes: Ponte Sor, Avis, Sousel, Fronteira, Monforte, Elvas, Campo Maior, Arronches, Portalegre, Crato, Alter do Chão, Gavião, Nisa, Castelo de Vide e Marvão, por vezes possui também notícias de localidades próximas do distrito, como é o caso de Castelo Branco, Abrantes, Vila Velha de Rodão, Mação e Estremoz.

Com dez anos de existência, o jornal conta com uma tiragem na ordem dos 2000 exemplares, afirmando que o número real de leitores atinge cerca de um terço da população do distrito que direta ou indiretamente contacta semanalmente com a publicação do jornal.

As notícias apresentadas semanalmente no jornal são referentes na maioria a todas as terras pertencentes ao distrito de Portalegre, no entanto também são publicadas algumas notícias de maior destaque sobre o país.

Na primeira página do jornal situam-se sempre os destaques, esta página procura sempre ser apelativa para despertar a curiosidade ao leitor, no entanto, na opinião do diretor do jornal, a página da necrologia é uma das mais importantes, sendo frequentemente a primeira a ser consultada pelos habituais leitores.

Este jornal, ao contrário de outros jornais regionais funciona muito a base da imagem, através das inúmeras fotografias que semanalmente vão sendo publicadas das pessoas da cidade, criando assim uma maior proximidade com o leitor.

Como forma de acompanhar a evolução da tecnologia, o Jornal *Alto Alentejo* possui atualmente uma plataforma online bem como uma página no Facebook, este é utilizado para colocar as notícias de última hora, que posteriormente serão colocados no jornal na seguinte edição conforme a sua importância.

Estrutura e Organização

A redação do *Alto Alentejo* é constituída por três funcionários, sendo apenas um formado na área do jornalismo. Manuel Isaac para além de desempenhar o cargo de diretor do jornal também realiza trabalho como jornalista, profissão esta que foi aprendendo enquanto trabalhava no antigo jornal da região.

Para além da redação, a equipa conta com a colaboração de outra funcionaria que desempenha funções na área de contabilidade, sendo igualmente responsável pela parte da comunicação interna e externa do jornal, tendo à sua responsabilidade a área da publicidade e da entrega dos jornais todas as semanas nas diversas regiões que constituem o distrito de Portalegre.

Como forma de reduzirem os custos ao jornal, os jornalistas presentes é que tratam da paginação do jornal todas as semanas, no entanto muitas vezes muitas notícias ficam retidas pela falta de tempo dos jornalistas da redação e pelo pouco espaço disponível no jornal.

É importante referir igualmente que para divulgar em maior escala, o Jornal *Alto Alentejo* possui uma parceria com a RTP1 no programa “Portugal em Direto” que tem como finalidade referir os destaques da cidade que marcam a atualidade da região.

A página do jornal é dividida em seis secções entre elas, “emprego”, “histórias de vida”, “opinião”, “empresas”, “terra a terra” com informações sobre todas as regiões pertencentes ao distrito de Portalegre e por fim o acesso ao “arquivo” que possui publicações antigas do próprio jornal.

Estatuto Editorial

Trata-se de um jornal regional que tem como interesse “a procura pela divulgação de informação de interesse para o distrito de Portalegre e limítrofes”, através da “divulgação de informação de uma forma isenta, desinteressada, sem qualquer género de ligação político-partidária, religiosa ou a alguma instituição com objetivos específicos que possam por em causa essa mesma isenção.”

O jornal compromete-se a “ouvir sempre e em qualquer situação todas as partes de uma notícia, confirmando factos em todos os momentos”. De acordo com as leis que protegem as fontes, o jornal *Alto Alentejo* afirma “respeitar as fontes, não divulgando quando solicitado ou quando a delicadeza da situação assim o exigir”, procurando sempre corresponder as expectativas dos seus leitores.

Jornal Público

O primeiro número publicado pelo jornal *Público* foi dia 5 de março de 1990. Anteriormente a essa data já teria acontecido uma tentativa de publicação do jornal no dia 31 de outubro, no entanto um problema técnico impediu que o jornal saísse para as bancas nesse dia.

No primeiro número do jornal que continha como destaque na capa Álvaro Cunhal, líder comunista que sucedia na época ao comando do partido Comunista Português, a edição conquistou uma tiragem superior a 100 mil exemplares.

Vicente Jorge Silva¹⁵, o primeiro diretor do jornal recebeu uma proposta um ano mais tarde de uma associação que abrangia um vasto número de jornais de referência em todo o mundo, “World Media Network” permitiu assim ao jornal *Público* a colaboração deste com jornais de diversos países, chegando mesmo a participar no capital social de empresas de comunicação estrangeiras, nomeadamente as detentoras do El País e do La Repubblica.

Ainda o jornalismo online era uma miragem do que hoje realmente este representa, que já o jornal Público no ano de 1995 registava o seu domínio online. (*Público Online*)

“Por um raro acaso do destino, o PÚBLICO nasceu num momento crucial de transição entre dois mundos: o mundo pré-Internet e o mundo pós-Internet, no centro nevrálgico de uma revolução tecnológica, cultural e social que alterou decisivamente o rumo das nossas vidas e hábitos quotidianos. Foi também

¹⁵ Vicente Jorge Silva, realizador, jornalista e político português, nasceu no dia 8 de novembro em 1945 no Funchal, Madeira e morreu com 74 anos no ano de 2020.

Aos 15 anos já demonstrava interesse no cinema, começando a escrever desde essa idade críticas de filmes para maiores de 17 anos.

Foi ainda obrigado nessa idade a abandonar a escola devido a problemas com a PIDE, após alguns anos fora do seu país regressou em 1961 onde levou a roda uma curta metragem no cinema amador.

Em 1966, relançou e dirigiu o Comércio Funchal, após 1974 tornou-se diretor-adjunto no Expresso e na RTP, e criou ainda a revista do Expresso.

Mais tarde, foi um dos fundadores e dirigente do jornal Público.

<https://www.publico.pt/2020/09/08/sociedade/noticia/morreu-vicente-jorge-silva-19452020-jornalista-exigente-fez-historia-jornalismo-1930750>

dessa constatação que parti quando meti mãos à obra.” (Vicente Jorge Silva, 2018)

Apesar de inicialmente a internet estar acessível apenas a pequenos grupos da sociedade portuguesa, o jornal procurou sempre acompanhar de perto a evolução e inovação desta nova ferramenta de trabalho, sendo que em 1999 o *Público* inaugura o primeiro serviço autónomo de notícias, atualizado com frequência durante o dia.

O *Público* teve ao longo da sua existência sete diretores para além do já referido Vicente Jorge Silva, entre eles destacam-se Francisco Sarsfield Cabral, Nicolau Santos, José Manuel Fernandes, Bárbara Reis, David Dinis e atualmente o diretor Manuel Carvalho.

O jornal conta com duas redações, localizadas em Lisboa e no Porto, assim como dezenas de colaboradores pertencentes a várias zonas do país, e ainda diversos correspondentes internacionais no mundo.

Em 2012, o jornal *Público* apresentava já o seu novo site para os seus leitores, com diversos itens que comprovam o seu interesse e acompanhamento pelas mudanças do espaço online. Deste modo, pela primeira vez em Portugal um jornal permitiu incluir os seus leitores no seu trabalho, moderando os comentários destes.

Destaca-se ainda, que o jornal *Público* criou uma área própria para cada leitor, isto é, a navegação por tema, que permite ao leitor uma maior facilidade na procura de notícias, sejam elas mais recentes ou mais antigas sobre um determinado tema.

Organização

O *Público* é um jornal generalista de expansão nacional, com uma ampla cobertura noticiosa pelo país.

Nos últimos 23 anos, o *layout* do jornal foi alterado inúmeras vezes, para poder corresponder à evolução das necessidades dos leitores e, dessa forma, o jornal sofreu uma alteração gráfica no início do ano de 2012, no seguimento das comemorações do 22º aniversário.

O *Público* passou assim a contar com dez secções que permitem ao leitor se direccionar para os temas ou assuntos que maior interesse lhe desperta, as secções encontram-se divididas por temas, “destaque”, “atualidade”, “secções”, “lazer”, “jogos”, “assinaturas”, “serviços” destinado aos serviços imobiliários, “quiosque”, “siga-nos” para quem pretende subscrever e receber newsletters no seu e-mail próprio, e por fim a secção “sobre” que contém informações sobre o jornal.

Dentro desses temas encontramos os subtemas que nos remetem diretamente aos temas abordados nas notícias publicadas, por exemplo, a secção da atualidade está subdividida em 14 subtemas entre eles a política, sociedade, local, economia, mundo, cultura, desporto, ciência, tecnologia, opinião, Pglobal, *Público* na escola, multimédia e por fim uma secção destinada exclusivamente aos podcasts.

O jornal possui ainda como suplemento um local destinado as secções denominadas o “Inimigo Público” (um caderno humorístico), o “Ípsilon” (dedicado às artes), o “Fugas” (um caderno dedicado às viagens, à gastronomia e aos automóveis), “P2” (dedicado a reportagens, entrevistas, bandas desenhadas, entre outras), “Impar” (relacionado com dicas de bem-estar, de conselhos alimentares, dicas de moda e beleza, entre outros), “P3” (que aborda temas sobre a atualidade, cultura, vícios, causas, etc...), “Cidades” (notícias sobre todas as regiões do país), e por fim “Bartoon” (com representações de banda desenhada com críticas a sociedade atual).

Estatuto Editorial ¹⁶

No estatuto editorial do jornal *Público* pode ler-se que o jornal “é um projeto de informação em sintonia com o processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo”. Ou seja, é um “diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica.”

¹⁶ <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

O jornal procura centrar-se “numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”.

Trata-se de um jornal que “aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de atividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural.”

Através das diversas alterações a própria profissão do jornalismo, o jornal “entende que as novas possibilidades técnicas de informação implicam um jornalismo eficaz, atrativo e imaginativo na sua permanente comunicação com os leitores”.

Análise descritiva dos conteúdos noticiosos publicados

No sentido de obter uma maior clareza sobre o tipo de conteúdos publicados nos órgãos de comunicação social em análise, parece-nos adequado explorar de forma analítica cada uma das propostas de peças publicadas no contexto informativo. Considerando que nos iremos debruçar sobre um *corpus* relativamente limitado, com um total de 18 peças, ficou clara a necessidade de explorar uma estratégia de análise qualitativa. Assim, será feita uma contextualização dos conteúdos publicados, identificando a forma como o conceito de pobreza aparece noticiado e sustentando, posteriormente, será apresentado a proposta de análise quantitativa.

Edição 17 de outubro 2015 - Jornal Público

Notícia 1

O primeiro jornal analisado correspondente a edição de 2015 do jornal *Público*. O jornal começa por referenciar o tema pobreza logo na capa, sendo a informação destacada no lado inferior direito, com o título: “Risco de pobreza é maior entre quem tem pouca saúde”, sinalizando o número da página onde se encontra a notícia na íntegra.

Esta primeira notícia que surge sobre o tema da pobreza é referido de forma pouco direta, estando relacionado com a política e as novas propostas feitas pelo PS à coligação PSD-CDS, onde são referidas medidas para combater a pobreza e às desigualdades sociais em Portugal, propondo como por exemplo o aumento do abono familiar e a melhoria do rendimento dos trabalhadores pobres.

Como se pode verificar as fontes de informação são partidos políticos, e a peça não vai além desse levantamento, apesar de o título da mesma remeter para um tema mais abrangente. A peça tem por base uma proposta de lei feita pelo PS, e não vai além disso.

A peça apesar de ter destaque de primeira, não reflete um trabalho profundo sobre o tema.

Notícia 2

Já na página doze do jornal *Público*, surge a notícia destacada na capa, notícia está escrita pelo jornalista Pedro Crisóstomo.

No lead da notícia encontra-se descrito quem na sociedade sofre mais com o aumento da pobreza, sendo no caso da notícia referenciadas as crianças.

Acima da assinatura do jornalista, encontra-se destacado na cor vermelha a palavra “estatística” que nos remete que a notícia não só abordará a questão da pobreza como igualmente serão fornecidos gráficos, afim de complementar a matéria publicada.

O título é bastante chamativo, “Risco de pobreza é mais alto entre quem tem problemas de saúde”, denota-se que a peça reflete um trabalho longo e profundo sobre o tema, sendo que a notícia é esclarecedora e vai de encontro com o esperado através da leitura do título.

A fonte de informação utilizada ao longo da notícia é o INE, onde são apresentados inúmeros dados estatísticos que nos permitem avaliar o impacto desta problemática na nossa sociedade e no mundo.

A notícia ainda possui uma fotografia da autoria de Paulo Pimenta, onde é ilustrado a falta notória de condições numa habitação.

Notícia 3

No princípio do jornal, na página quatorze e quinze do jornal *Público*, encontra-se destacado o dia internacional da erradicação da pobreza, no lead da notícia é destacado o dia 17 de outubro, lembrando ao leitor o acontecimento ocorrido no ano 2000, ano esse em que as Nações Unidas decidiram promover a consciencialização sobre a necessidade de erradicar a pobreza e a miséria no mundo.

A notícia é assinada por dois jornalistas, Célia Rodrigues e Francisco Lopes, que começam por explicar que o nível de pobreza vai variando consoante a região do mundo, referindo quais são os fatores que podem pesar na variação desta problemática, dando como exemplo: a qualidade de vida, o local que vivemos, a remuneração salarial, do tipo e da quantidade de alimentação que consumimos, entre outros.

Através do título chamativo “Dia internacional da erradicação da pobreza”, o tema descrito na matéria é claro e conciso, apesar do conteúdo noticioso não ser extenso demonstra algum aprofundamento do tema.

A notícia é acompanhada por inúmeros gráficos com dados estatísticos relativos ao nível de pobreza que enriquecem o conteúdo da notícia, permitindo o esclarecimento do leitor sobre a situação e evolução deste conceito.

Como fonte de informação presente ao longo da notícia temos uma organização “*The Millennium Development Goals Report*”, e temos como base dados retirados da ONU pelo jornal *Público*.

Notícia 4

“Dignilândia é a versão portuguesa do jogo dos direitos humanos”, assinado pelo jornalista Jorge Talixa, é um artigo de sensibilização, onde o jornalista pretende assinalar o dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, relatando a criação de um jogo educativo.

Esse jogo consistia em simular um país onde se discutiam sete direitos fundamentais do ser humano, tinha como objetivo promover a participação dos jovens na defesa dos direitos humanos e sociais. O jogo surgiu numa época em que o aumento dos problemas de pobreza e a crise dos refugiados se fazia sentir no país.

A notícia conta ainda com a presença de uma fotografia que pretende ilustrar a crise dos refugiados.

As fontes de informação presentes nesta notícia são: a dirigente Ana Zilda da associação com sede em Alverca (APSDC) e o presidente da câmara Alberto Mesquinha.

A peça utiliza uma linguagem clara, sendo que através do título conseguimos de imediato entender qual será o assunto da notícia.

Edição 17 de outubro 2016

Notícia 5

Trata-se de uma entrevista pequena localizada no meio da edição correspondente ao ano 2016, assinada pela jornalista Ana Dias Cordeiro.

Esta entrevista surge no seguimento de uma série de desmaios ocorridos nos comboios em Portugal, que poderiam estar relacionados com situações de pobreza.

A notícia faz referência a um determinado tipo de pobreza, denominada pobreza envergonhada, que afetou diversas famílias que por algum motivo se viram arrastadas para a situação de pobreza.

A notícia não apresenta um grande trabalho de investigação, visto que a entrevista se resume apenas a três perguntas de resposta curta e simples. A fonte de informação utilizada para o desenvolvimento da entrevista é uma técnica responsável da rede anti pobreza localizada na região de Setúbal.

Edição 17 de outubro 2018

Notícia 6

O tema pobreza surge em destaque na capa do jornal *Público*, estando localizada no canto superior direito com o título de destaque “Há 2.4 milhões de portugueses em risco de pobreza”.

Na secção da sociedade encontra-se a página identificada na capa, além do título a notícia possui ainda um subtítulo, “Portugal em 11º lugar no risco de pobreza ou exclusão social”, a matéria da notícia tem como objetivo referir a situação de pobreza vivida em Portugal.

A notícia é redigida pela jornalista Andreia Sanches, é acompanhada por uma fotografia que retrata alguns sem-abrigos deitados numa rua em condições desumanas. A notícia destaca ainda dados que foram divulgados pela Eurostat no âmbito do dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

A matéria descrita na notícia não é extensa, no entanto a informação publicada é clara e concisa, baseada em dados adquiridos através da Eurostat, onde foi possível perceber quais os principais indicadores de pobreza no país, sendo estes: o rendimento baixo, as poucas horas de trabalho adquiridas por trabalhador, e a privação material severa.

Notícia 7

Trata-se de uma notícia em regime de carta aberta destinada ao presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa e ao primeiro ministro, António Costa com um título que dá destaque aos sem-abrigo em Portugal. “Ainda há em Portugal 3000 sem-abrigos.”

Henrique Joaquim, diretor geral da Comunidade Vida e Paz, foi o autor desta carta, onde através desta demonstra a sua preocupação à falta de medidas no orçamento de estado, face a todas as pessoas que não possuem qualquer tipo de direito a uma vida digna.

Embora seja uma mensagem pequena, o tema da integração de pessoas sem abrigo é destacado indo de encontro com a temática abordada ao longo desta dissertação.

Notícia 8

Na secção “cartas ao diretor”, com o título “Inverter o rumo dos acontecimentos”, remete para uma mensagem preocupante por parte de um leitor, pela ineficácia do plano democrático em relação a pobreza observada no país.

Da autoria de Manuel Vargas de Aljustrel, leitor do jornal *Público*, a carta publicada transmite a preocupação sentida pelo leitor, pelo tipo de sociedade em que vivemos.

Esta matéria não apresenta qualquer tipo de aprofundamento sobre o tema em análise, sendo que o autor da carta apenas pretende reforçar a ideia que é necessário existir a justiça social e a solidariedade humana nas sociedades atuais.

A peça não apresenta qualquer tipo de suporte fotográfico nem de gráficos.

Edição 17 de outubro 2019

Notícia 9

No princípio do jornal *Público* encontra-se uma notícia que aborda o tema das desigualdades sociais, sendo utilizado como título de destaque “A desigualdade de género não é uma fatalidade”.

A notícia é assinada pelo Amílcar Correia pertencente a parte editorial do jornal, o seu conteúdo reflete algum trabalho de pesquisa sobre o tema das desigualdades de género, destacando Portugal como um país que se deve orgulhar de determinados feitos e envergonhar-se no caso das estatísticas apresentadas pelo INE referente aos níveis de pobreza em Portugal.

Ao longo do seu texto, Amílcar Correia apresenta diversas percentagens dos vários tipos de pobreza presentes em Portugal, retirados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género e do INE.

Notícia 10

Com o título “Taxa de pobreza e exclusão social baixou e Portugal alcançou média da UE”, a notícia é baseada em dados retirados da Eurostat, através de inquéritos relativos às condições de vida e de rendimento correspondentes ao ano 2018.

O título da notícia é chamativo por se tratar de um assunto que por si só é tema nacional, e que envolve uma comparação entre Portugal e os restantes países da União Europeia.

O lead desta, apresenta as percentagens relativamente a esse fenómeno, destacando Portugal numa determinada escala relativamente à média europeia na taxa de risco de pobreza, pobreza de género e de exclusão social.

É de realçar, que através dos dados obtidos nesta notícia as mulheres são consideradas como as mais afetadas na pobreza de género no país.

A notícia é assinada pela jornalista Ana Cristina Pereira, inserida na secção sociedade no tema condições de vida, que demonstra um investimento sobre o tema em análise neste trabalho.

São apresentados inúmeros gráficos ao longo da notícia correspondentes a taxa de risco de pobreza, onde são destacadas percentagens relativas a taxa de risco de pobreza e exclusão social, e a taxa de privação material severa.

Edição 17 de outubro 2020

Notícia 11

Num ano onde a pobreza é tema de destaque, a edição de 2020 do jornal *Público* destaca o aumento do nível de pobreza em Portugal, com o título “Centros para sem-abrigos recebem pessoas que em março tinham trabalho”, a jornalista Ana Dias Cordeiro relembra a crise vivida nos últimos meses no nosso país, sendo que as palavras da jornalista remetem-nos para o sentimento de desespero vivido atualmente por muitos portugueses com o surgimento do covid-19 no mundo.

A notícia faz referência essencialmente às grandes cidades de Portugal, onde os níveis de pobreza são mais ressentidos.

Através do conteúdo da notícia conseguimos entender a preocupação por parte dos intervenientes na notícia, sendo estes: o gabinete do vereador dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia, o Banco Alimentar, o centro de apoio ao Sem-Abrigo, a diretora geral da Comunidade Vida e Paz Renata Alves e um vereador do bloco de esquerda, que contribuíram para o desenvolvimento e enriquecimento desta notícia, sendo esta acompanhada por uma fotografia que retrata um dos centros de acolhimento para sem abrigos em Lisboa.

Notícia 12

Com o título “Orçamento prevê casas para 600 sem-abrigo, escrita pela jornalista Joana Gorjão Henriques, a notícia relata as medidas propostas pelo Orçamento do Estado,

através de uma série de protocolos para um financiamento de projetos no âmbito da estratégia nacional para a integração das pessoas em situação de sem abrigo, que visa apoiar mais de 600 pessoas em situação de sem abrigo no ano 2021.

Trata-se de uma notícia pequena e sucinta sem qualquer destaque. A peça conta com a participação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), que apesar de ter partilhado os projetos aprovados para o ano 2020 para o combate contra a existência de sem abrigos, a notícia continuou a não apresentar um trabalho profundo sobre a matéria publicada.

Notícia 13

Na secção mundo, como subcategoria “alimentação” o jornalista Pedro Bastos Reis retrata ao longo da sua notícia uma das maiores consequências que o vírus da covid-19 provocou em Portugal e no mundo, a fome.

Segundo a ONU o surgimento da covid-19 poderá empurrar milhões de pessoas para a situação de fome, sendo que atualmente já se encontram 690 milhões de pessoas nessa situação.

A matéria conta ainda com um relatório da Cruz Vermelha, baseado em 2400 entrevistas, que tinham como objetivo entender quais são as principais dificuldades vividas após o surgimento do vírus em diferentes zonas do mundo, como é no caso por exemplo: da Africa, Nigéria, India, entre outros.

A notícia destaca o alerta da Oxfam Internacional, sobre o agravamento do risco de fome extrema no decorrer da pandemia, concluindo que a fome poderá matar muito mais do que a o próprio vírus da covid-19.

A prestar declarações para esta peça, participou o diretor da agência, QuDongyu, que fala nos futuros desafios que este vírus trouxe para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

O conteúdo da notícia publicada apresenta diversa informação retirada de diferentes organizações, que permitem esclarecer o leitor e demonstrar um trabalho mais profundo por parte do jornalista sobre o tema.

Notícia 14

A notícia não se encontra em destaque na capa, surgindo no meio do jornal, tendo como título “Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza”.

A notícia aborda a união da câmara de Castelo de Vide com o núcleo distrital de Portalegre da EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti Pobreza para a comemoração do dia internacional para a erradicação da pobreza.

Para o desenrolar do evento existiu a participação do infantário e os lares da região, no entanto para a construção da notícia não existiu qualquer tipo de fonte de informação.

Esta notícia não demonstra qualquer tipo de trabalho sobre o tema pobreza, sendo que está só se encontra presente no jornal para referir um evento que aconteceu na região no dia em que se celebra o dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

A peça situa-se na secção “Terra-a-Terra”, na subcategoria correspondente a região onde ocorreu este evento, neste caso, Castelo de Vide, e vêm acompanhada de 5 fotografias.

Esta notícia não se encontra assinada por nenhum jornalista.

Notícia 15

Novamente na mesma edição, surge uma nova notícia sobre o tema, referente a localidade de Portalegre, localizada na secção “Terra-a-Terra”.

Como título em destaque temos “Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza”, e como subtítulo “Árvores Mágicas...em Rede”.

Novamente o tema da notícia é relativamente à um evento ocorrido na região de Portalegre, proveniente de uma junção de várias entidades que participaram na criação deste evento, como é o caso da: Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN), Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, Gabinete de Apoio ao aluno e a família da EB2,3 José Régio (GAAF) e Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

O evento centrou-se em diversas atividades que proporcionam aos participantes uma sensibilização para as temáticas ligadas a exclusão social e pobreza.

A notícia não provém da participação de nenhuma fonte de informação nem de nenhuma assinatura, no entanto vêm acompanhada de 5 fotografias do evento.

Edição 19 outubro 2016

Notícia 16

Trata-se de uma notícia localizada no meio do jornal, têm como título “De mãos dadas contra a pobreza”, sendo que as palavras “contra a pobreza” inseridas no título se encontram destacadas a vermelho.

A notícia apenas refere alguns concelhos da região de Portalegre, que comemoraram o dia internacional para a erradicação da pobreza, para a realização destes eventos foi possível contar com a participação de diversos municípios e instituições, que tinham como missão sensibilizar as comunidades para a necessidade de combater a pobreza e por consequente a exclusão social.

A peça não demonstra qualquer tipo de trabalho de investigação sobre o tema pobreza, sendo que se trata de uma notícia pequena inserida numa página preenchida de publicidade e fotografias, não existindo nenhuma fonte de informação para o desenvolvimento desta matéria.

A notícia não se encontra assinada por nenhum jornalista, e a restante página é ocupada por oito fotografias que registaram o momento vivido nesse dia.

Notícia 17

Trata-se de uma pequena notícia situada no meio do jornal, com o título “Caminhada Solidária do Dia Mundial da Alimentação”, acompanhada por um subtítulo “Dez quilómetros de Solidariedade”.

Esta notícia não apresenta como as restantes nenhum trabalho de investigação sobre o tema em análise, no entanto como se trata de um evento que pretendeu recolher fundos e bens alimentares que foram mais tarde revertidos para as famílias carenciadas, vai de encontro com o tema em análise nesta dissertação.

Uma vez mais, a notícia não possui fontes de informação, sendo apenas descrito pelo jornalista a rota da corrida, as localidades e os responsáveis pelo evento.

A matéria não se encontra assinada por nenhum jornalista, e apresenta oito fotografias.

Edição 14 de outubro 2020

Notícia 18

Com um título de destaque “Sindicatos preocupados com efeitos da pandemia”, trata-se de uma notícia extensa, que faz referência a uma reunião que juntou diversas organizações, nomeadamente a comissão executiva do conselho sindical inter-regional Alentejo/Extremadura (CSIR), UGT e CGTP no Alentejo e CCOO e UGT na Extremadura, que demonstraram preocupação com os efeitos da pandemia na região do Alentejo e Espanha e a mobilidade entre regiões.

Esta notícia aborda os problemas que foram discutidos no decorrer da reunião, nomeadamente, as dificuldades financeiras da região face ao surgimento do vírus covid-19, e as soluções propostas para a resolução destes.

A notícia uma vez mais não assinada, não possui nem conteúdo fotográfico nem gráficos, terminando com um destaque a falta de apoios dados em tempo de pandemia as pequenas e grandes empresas existentes na zona do Alentejo. É ainda de realçar que o conteúdo noticioso não corresponde ao impacto inicial do título.

As abordagens diferenciadas do jornalismo nacional e local

É possível observar que o tema pobreza e contextos associados são maioritariamente abordadas pelo jornal nacional em comparação com o jornal local em análise. No entanto, é de realçar que o processo de produção de notícias não é muito denso ou previsto por parte dos meios de comunicação aqui em análise, especificamente no contexto do jornal *Alto Alentejo*.

No caso do jornal local, observamos pouco destaque dado ao tema. O dia internacional para a erradicação da pobreza é apenas referido em duas notícias ao longo da análise das seis edições. Apenas uma notícia destaca a realização de um evento sobre o dia internacional da erradicação da pobreza, mas não aprofunda o tema.

No jornal *Público* o assunto surge praticamente em todas as edições analisadas, a exceção do ano 2017, em que Portugal, no mesmo dia da efeméride em análise, o país teve vários incêndios que vitimaram dezenas de pessoas, e que terão motivado a alteração da agenda jornalística prevista. No geral, sobre o dia internacional para a erradicação da pobreza o jornal nacional apenas refere esse tema em duas edições, onde dá especial destaque ao dia e a situação de pobreza vivida pelo mundo.

As restantes edições, não falam diretamente sobre a efeméride, no entanto abordam situações relacionadas com o tema, como por exemplo: propostas de regimes de inclusão social, as desigualdades de género, a exclusão social, a pobreza e as suas limitações.

Uma diferença visível entre ambos os jornais está na assinatura das notícias, enquanto que o jornal *Público* assina sempre todas as suas notícias, o jornal *Alto Alentejo* nunca assina as suas peças por se tratar de um jornalismo de proximidade, sendo os jornalistas conhecidos pelos leitores do jornal.

Ambos os jornais apresentam fotografias que acompanham as suas notícias, no entanto enquanto que o jornal *Alto Alentejo* publica fotografias com caras conhecidas pertencentes a localidade do Alentejo, o jornal *Público* apresenta fotografias que têm como intuito retratar a pobreza e a miséria vivida no nosso país e no mundo, de forma a sensibilizar o leitor.

É de realçar, que se esperava que na edição 2020 de ambos os jornais, fosse o tema de pobreza um dos temas de maior destaque em ambas as edições, e que o número de notícias

sobre o tema pobreza aumentassem comparativamente as outras edições pela situação pandémica vivida atualmente no mundo.

No caso do jornal *Público*, o tipo de conteúdo noticioso alterou-se, enquanto que nas edições passadas se abordava o tema de forma a dar a conhecer o dia e a situação de pobreza vivida no mundo, a edição de 2020 já se centra essencialmente nas consequências da pandemia em Portugal, com notícias referentes há necessidade do aumento de centros para pessoas sem abrigo assim como os apoios necessários para apoiar os mais carenciados, realçando que no mundo o número de pessoas a passar fome aumentou.

Já o jornal *Alto Alentejo* não destaca qualquer tipo de notícia sobre o tema, talvez por se tratar de um jornal local onde é mais difícil observar situações de pobreza.

Enquanto que o jornal nacional apresenta uma clara intenção de dar a conhecer o tema e as suas problemáticas através da publicação de notícias com o apoio de organizações que fundamentam os estudos que acompanham o crescimento ou não da pobreza no país e no mundo no geral, o jornal local apenas menciona o tema como forma de noticiar não o tema, mas sim um evento.

Em suma, e apesar do jornal nacional abordar em todas as suas edições de maneira direta ou indireta o tema da pobreza, o dia que representa este tema não adquire um grande destaque nas suas edições, enquanto que no jornal local, o tema pobreza parece ser um tema inexistente, no entanto, é de realçar que o jornal nacional também não dá o destaque merecido ao tema.

O dia 17 de outubro foi criado para alertar a população para a necessidade de defender um direito básico do ser humano, direito esse que pertence a todos nós, no entanto, os números de publicações de peças sobre o tema ficaram aquém do esperado inicialmente.

Caracterização geral das notícias

Tabela 1

	Jornal <i>Público</i>	Jornal <i>Alto Alentejo</i>
Número de edições analisadas	6	6
Número de notícias publicadas sobre o tema	11	3
Presença do tema nas primeiras páginas dos jornais	3	0
Peças assinadas	11	0
Presença de fotografias nas edições	2	2
Presença de gráficos/percentagens nas edições	2	0
Outras notícias relacionadas com o tema	2	2
Total de notícias	13	5

Fonte de produção: própria

Como se pode verificar na tabela 1, no decorrer destes 6 anos, o jornal *Público* publica um total de 11 peças sobre o tema “pobreza” e duas peças sobre temas relacionados com a análise deste trabalho. Por outro lado, o jornal *Alto Alentejo* apenas publicou três notícias sobre o tema e duas notícias sobre temas relacionados, sendo que em nenhuma das situações o tema “pobreza” foi primeira página no jornal regional. Por ventura, no jornal *Público* isto já acontece em três edições referentes ao ano 2015, 2018 e 2020, ou seja, o tema aparece com relevância no jornal *Público*, já que é levado à primeira página.

Como podemos constatar na tabela acima referida o jornal *Público* tem como prática identificar a autoria das peças na maioria dos casos, enquanto que no jornal *Alto Alentejo*

nenhuma peça é assinada. Ambos os jornais apresentam conteúdo fotográfico, no entanto, o jornal nacional enriquece o seu conteúdo noticioso através de gráficos provenientes de entidades responsáveis pelos estudos estatísticos da população nacional, enquanto que no jornal regional as fotografias apenas servem para mostrar as pessoas que participaram em determinado evento.

Por fim, o jornal *Público* apresenta ao longo das seis edições analisadas apenas duas notícias que se encontram relacionadas com o tema em análise, sendo neste caso temas sobre as desigualdades sociais, enquanto que o jornal regional apresenta duas notícias de acordo com o tema sobre a solidariedade no dia mundial da alimentação e o aumento da taxa de desemprego na região.

Caracterização das notícias do jornal *Público*

Tabela 2

Jornal <i>Público</i>	Relevância	Secção	Valor Notícia	Género	Espaço da Ação	Assinatura	Fontes de Informação	Imagem
Edição 2015	Chamada de primeira página	Não identificado/ Local	Relevância	Notícia	Internacional	Com assinatura	Organização: INE	Com fotografia e gráficos
Edição 2016	Pequena notícia	Sociedade	Atualidade	Entrevista	Nacional	Com assinatura	Técnica responsável pela rede anti pobreza	Sem fotografia
Edição 2018	Segunda manchete	Sociedade/ Breves	Relevância/ Atualidade	Notícia/ Carta Aberta	Nacional	Com assinatura/ Sem assinatura	Organização: Eurostat	Com fotografia
Edição 2019	Notícia publicada ao longo da edição	Sociedade/ Espaço público	Atualidade/ Relevância	Notícia	Nacional/ Internacional	Com assinatura	Organização: Eurostat/ INE	Gráficos
Edição 2020	Manchete	Mundo/ Sociedade	Atualidade	Notícia	Nacional	Com assinatura	Organizações solidárias; Câmara Municipal; Entidades políticas	Com fotografia

Fonte de produção: própria

Como podemos observar, na tabela 2, a partir da edição de 2015 o jornal *Público* começa por abordar diretamente o tema através da capa, numa pequena nota no canto inferior direito do jornal, onde se encontra referenciado as páginas correspondentes à notícia.

A notícia encontra-se identificada na secção local do jornal, caracterizada com dados estatísticos do INE, sobre a UE e Portugal.

As restantes notícias não se encontram identificadas em nenhuma secção, no entanto todas são assinadas pelo jornalista. Por fim, duas notícias presentes nesta edição possuem suporte gráfico, onde são apresentados dados estatísticos sobre os níveis de pobreza no país e no mundo, sendo que uma delas tem ainda uma fotografia assinada.

A edição de 2016 apenas apresenta uma pequena notícia nacional, assinada sobre o tema “pobreza envergonhada” que surge “muito discretamente” no meio do jornal, encontrando-se na secção da sociedade referente a um problema atual à data, na região de Setúbal. A peça publicada vem igualmente acompanhada por uma entrevista realizada a uma técnica responsável pela rede anti pobreza da região de Setúbal e não apresenta qualquer tipo de elemento fotográfico ou gráfico.

Já a edição de 2018 apresenta duas notícias sobre o tema pobreza, surgindo em destaque na segunda manchete da capa do jornal. A notícia encontra-se localizada na secção da sociedade, assinada pela jornalista Andreia Sanches, referente unicamente ao espaço nacional. A peça vem acompanhada por uma fotografia e a matéria descrita na notícia baseou-se em dados adquiridos através da organização Eurostat.

A segunda notícia publicada nesta mesma edição, trata-se de uma carta aberta ao Presidente da República referente aos sem abrigo em Portugal. A notícia não é assinada, no entanto o nome do autor da carta surge no final da matéria.

Relativamente a edição 2019, nenhuma das notícias relativas ao tema pobreza se encontra em destaque na capa do jornal. A primeira notícia de cariz nacional dá destaque ao tema das desigualdades sociais e encontra-se localizada na secção da sociedade, a peça é referente a atualidade e é assinada pelo jornalista. A fonte de informação presente na notícia é o INE, que possibilita dados referente aos níveis de pobreza em Portugal.

Já a segunda notícia tem por base dados fornecidos pela Eurostat, após uma pequena introdução ao tema, a peça é acompanhada por inúmeros gráficos que representam a taxa

de risco de pobreza em Portugal e no mundo, a notícia encontra-se devidamente assinada pelo autor da matéria.

Por fim, a última edição referente ao ano 2020, apresenta três notícias, em que uma delas surge em manchete na capa do jornal, identificada com o respetivo número de página corresponde a notícia.

Uma das notícias presente nesta edição encontra-se na secção “Mundo”, acompanhada com uma fotografia, assinada pelo jornalista, e de valor notícia relevante por se tratar de um conteúdo noticioso da atualidade e de cariz nacional.

As últimas duas notícias encontram-se na secção “Sociedade”, ambas assinadas e referentes a Portugal, no entanto apenas uma das notícias tem fotografia.

A primeira notícia tem apenas como fonte de informação o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), enquanto que a última notícia tem diversas organizações de solidariedade como fonte, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia e o Banco Alimentar, o centro de apoio ao Sem-Abrigo, a diretora geral da Comunidade Vida e Paz Renata Alves, o gabinete do vereador dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa e um vereador do bloco de esquerda.

Caracterização das notícias do jornal *Alto Alentejo*

Tabela 3

Jornal <i>Alto Alentejo</i>	Relevância	Secção	Valor Notícia	Género	Espaço da Ação	Assinatura	Fontes de Informação	Imagem
Edição 2015	Nenhuma	Castelo de Vide/ Portalegre	Atualidade	Notícia	Nacional	Sem assinatura	Sem fontes de informação	Várias fotografias do evento
Edição 2016	Nenhuma	Portalegre/ Nisa	Atualidade	Notícia	Nacional	Sem assinatura	Sem fontes de informação	Várias fotografias do evento
Edição 2020	Nenhuma	Alentejo/ Espanha	Atualidade	Notícia	Internacional	Sem assinatura	Organizações Inter-Regionais	Sem fotografia

Fonte de produção: própria

No caso, do jornal *Alto Alentejo*, o tema “pobreza” não surge na capa do jornal como destaque, em nenhuma edição analisada.

As secções apresentadas nas edições correspondem às diversas regiões pertencentes ao distrito de Portalegre ou arredores, que receberam algum tipo de evento relacionado com o tema em análise. Todas as peças publicadas tratam-se de notícias relacionadas com a atualidade vivida na altura, onde são descritos eventos relacionados com o tema, onde não existe qualquer tipo de fontes de informação, à exceção da última notícia analisada na edição de 2020 que tem como fontes de informação organizações inter-regionais correspondentes ao Alentejo e a Espanha.

Nenhuma peça se encontra assinada por nenhum jornalista, no entanto a grande presença de conteúdo fotográfico é denotada ao longo da análise deste jornal regional.

De realçar, que no caso do jornal *Alto Alentejo* raramente as peças são assinadas, provavelmente pela escassez de recursos humanos no contexto do jornalismo local, que tende a apostar mais numa maior proximidade entre o órgão de comunicação e o leitor.

Conclusão

Após a análise de todos os dados adquiridos através deste estudo, pode concluir-se que o conceito pobreza ainda é um tema pouco abordado por parte dos meios de comunicação, desta forma, os resultados obtidos fornecem algumas pistas sobre as questões a que nos propusemos inicialmente com a presente investigação.

Assim, relativamente à primeira questão elaborada - “Os meios de comunicação contribuem para a construção do conceito de forma ativa?” – verificamos através da análise dos dois jornais que apenas o jornal nacional corresponde de forma afirmativa a essa questão. Neste âmbito, é importante destacar que, através da análise dos dois jornais, não é cientificamente possível conseguir ter uma perspetiva representativa de todos os jornais e media, contudo o conceito está presente nas notícias, mesmo que de uma forma ligeira há uma presença marcada pela efeméride do dia comemorativo, sobretudo no jornal *Público*.

O *Alto Alentejo*, jornal local analisado ao longo desta dissertação, não apresentou qualquer notícia com informação construtiva relativamente ao Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. As pequenas notícias mencionadas neste jornal apenas procuravam relatar um evento ocorrido em determinada região, e nunca o conceito do tema.

Em relação ao jornal nacional, *Público*, a quantidade de notícias esteve aquém do esperado inicialmente, apenas duas edições analisadas abordam o porquê da existência do dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Os temas abordados pelo jornal foram ao encontro com as temáticas abordadas ao longo deste trabalho, como por exemplo, os vários tipos de pobreza, exclusão social e as desigualdades sociais.

Relativamente à segunda questão de investigação – “São realizados trabalhos profundos de investigação neste dia comemorativo estimulando o aprofundamento do tema?” – verificamos uma vez mais a ausência de conteúdo noticioso sobre o tema, por parte do jornal *Alto Alentejo*. Este jornal local não abordou o tema, contudo, é de realçar que a investigação e reportagem não são muito valorizados por este meio.

O jornal *Público*, por seu lado, revela demonstrar algum cuidado em aprofundar o tema pobreza, baseando-se em testemunhos de organizações de cariz solidário, como é o caso do Banco Alimentar, da Santa Casa da Misericórdia, entre outros, e em estudos de

organizações como por exemplo a Eurostat e o INE, que apresentam dados estatísticos que visam alertar o leitor da evolução deste conceito em Portugal e no mundo.

Através da análise do conteúdo das notícias presentes em algumas edições, podemos afirmar que o jornal *Público* estimula o conhecimento e o aprofundamento do tema para os consumidores deste jornal.

Por fim, referente a última questão – “Como aparece noticiado o dia Internacional para a Erradicação da Pobreza? “- É curioso observar que nenhum jornal aborda a origem do dia em questão, dando o devido enquadramento sobre a simbologia ou história do mesmo, algo que é, ou deve ser parte do trabalho jornalístico. Apesar disto, o jornal *Público*, aprofunda mais a temática que nos serve de ponto de partida a esta reflexão. O jornal diário, identifica a efemérida na maior parte das peças publicadas nas edições dos dias da celebração o que acaba por desempenhar um papel de aproximação ao tema para o leitor, que fica em contato com uma celebração que pretende sobretudo sensibilizar a comunidade nacional para a necessidade de implementar novos comportamentos e medidas objetivas e efetivas que caminhem no sentido da redução da pobreza a todos os seus níveis.

Já no caso do jornal *Alto Alentejo* como anteriormente foi mencionado, este apenas refere o dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, com o intuito de retratar um evento que tenha ocorrido em função do dia, sem acrescentar qualquer informação sobre o seu simbolismo.

Deste modo, e através da construção desta investigação, conseguimos aprofundar a ideia de que os meios de comunicação desempenham um papel importante da sociedade, e o seu empenho sobre temas como os observados neste estudo de caso, podem ter um papel importante na consciencialização da sociedade, podendo motivar alterações de comportamento e tomada de decisões políticas capazes de fomentar medidas governamentais conducentes a uma redução de desigualdades sociais.

De realçar que uma das limitações identificadas no estudo consiste no facto de apenas serem analisados dois jornais, não sendo possível obter uma perspetiva mais completa do tema. Não obstante, através deste estudo de caso acreditamos ter desenvolvido um ponto de partida para uma investigação mais profunda e sustentada sobre o assunto.

Bibliografia

Adghirni, Z.L (2005). O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol.II N° 1. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12442> (Acesso: 5 de agosto de 2020)

Almeida, J. F. (1992). *Exclusão Social: fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Alves, C.F.S (2010). *Pobreza e Exclusão Social*, Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009026.pdf> (Acesso: 15 de abril de 2020.)

Amaral, V (2012). A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. In: Correia, João Carlos. *Ágora Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. Covilhã: Livros LabCom.

Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Aroso, I.M.M (2013). *As redes sociais como ferramentas de jornalismo participativo nos meios de comunicação regionais: um estudo de caso*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-2013-redes-sociais-ferramenta-jornalismo.pdf> (Acesso:20 de abril de 2020)

Aroso, Inês (2003). *A Internet e o Novo Papel do Jornalista* in Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.” Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internetjornalista.pdf> (Acesso: 30 de maio de 2020)

Aureliano, S. (2004). *O papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aureliano-sofia-media-ajuda-humanitaria.pdf> (Acesso: 30 de maio de 2020)

- Azevedo, C.M (2001). *Dicionário de História Religiosa de Portugal* JP, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp159-317. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13494> (Acesso: 1 de maio de 2020)
- Bachur, J. P. (2012). Inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais: um balanço crítico. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, pp. 55-83.
- Baptista, C. (2003). *Os outros do Jornalismo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wpcontent/uploads/sites/8/2017/02/n3-07-Carla-Baptista.pdf> (Acesso: 2 de março de 2020)
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bordieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. Carvalho, J.R (1996) *Os media e os poderes locais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf> (Acesso: 1 de julho de 2020)
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Carvalho, J.M.G (2013). *A imprensa regional e local: Estudo de caso do jornal O Ribatejo*, Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3221/4/TOTAL%20-%20tese%20-%20joana.pdf> (Acesso: 2 de agosto de 2020).
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question social*. Librairie Arthème Fayard.
- Coelho, P. (2005). *A TV de Proximidade e os novos desafios do espaço público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, A.P (2011). Fontes de informação 2.0: estudo do caso nos media da Beira Interior Covilhã: universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/m-jornalismo-2011-ana-correia.pdf> (Acesso: 2 de maio de 2020)

Correia, J. C. F (2012). As múltiplas faces da imprensa regional portuguesa: o jornalismo regional no contexto da comunicação comunitária, *Revista Redes*. Santa, v.17, nº1, Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v17i1.2615> Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2615> (Acesso: 1 de setembro de 2020)

Correia, J.C (2012). *Ágora Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*, Covilhã: LabCom. Disponível em http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf (Acesso:28 de maio de 2020).

Costa, A.B (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Diogo, F., Castro, A.& Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal.Contextos, Transformações e Estudos*. Lisboa: Editora Húmus. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4191/1/POBREZA_E_EXCLUSAO_SOCIAL_EM_PORTUGAL.pdf (Acesso: 28 de março de 2020)

EAPN Portugal. (s/d) *Rede Europeia Anti Pobreza*, Disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza> (Acesso: 25 de julho de 2020)

Félix, S. (2008) *Pobreza Urbana em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra

Ferreira, P. (2005) O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação. *Livro de Actas 4ª SOPCOM*. Aveiro: SOPCOM. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf> (Acesso: 9 de agosto de 2020)

Francisco, J. (2010) *Pobreza e Exclusão Social*. Coimbra: Universidade de Coimbra, consultado no dia 10 de abril de 2020. Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009012.pdf> (Acesso: 10 de abril de 2020)

Gans, H. (1979) - *Decidin'g What's News: a study of CBS evening news, NBC nightly news, newsweek, and time*, Evanston: Northwestern University.

Giddens, A. (2004) - *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Groth, O. (2006) - *Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina.

Hobsbawm, E. (1995) - *Era dos Extremos- O breve século XX 1914-1917*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hoffmann, R. (2006) - Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1 (26), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, pp. 79-112.

Instituto Nacional de Estatística, consultado 01 de abril de 2020. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INENações Unidas, consultado no dia 01 de março de 2020. Disponível em <https://unric.org/pt/onu-portugal/>

Kerstenetzky, C. L. (2000) Desigualdade e pobreza, lições de *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/26361497_Desigualdade_e_pobreza_lições_de_Sen.(Acesso: 24de julho de 2020)

Medina, J.L.B: (2001) Revista *SymposiuM* (2001) - Gêneros jornalísticos: repensando a questão. *Revista Symposium*. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, pp 45,55. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF> (Acesso: 16 de junho de 2020)

Monteiro *et al* (2015), (2015), Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional. *Rediteia* nº48, Porto: Sersilito- Empresa Gráfica, Lda, Disponível em https://www.cidadaniaemportugal.pt/wpcontent/uploads/recursos/eapn/Rediteia%2048%20%20erradicar%20a%20pobreza_%20compromisso%20para%20uma%20estrat%20c3%20a%20nacional.pdf (Acesso: 18 de abril de 2020)

Oliveira, J.A (1999) - “*A dimensão sócia - antropológica da exclusão*”. *As cidades e os rostos de exclusão*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Oliveira, M.T, (2012) - *O poder das notícias de crime: Imprensa versus Televisão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1453/1/Disserta%20C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20em%20Jornalismo.pdf> (Acesso: 21 de junho de 2021)

Perista, P. & Baptista, I. (2010) - A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação, *Forúm Sociológico*. Nº38. Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa (CICS.NOVA), pp. 39-46. Disponível em <https://journals.openedition.org/sociologico/165> (Acesso: 10 de junho de 2020)

Peruzzo, C. M. K. (2005) - *Mídia local, uma mídia de proximidade*. Comunicação e Sociedade, v.26, nº 43, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v26n43p67-84>

Pizzio, A. (2010). O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza, *Revista Ágora*: v. 5, n. 1. Salgueiros: PE, pp. 96-117. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/266439746_O_que_define_os_pobres_como_pobres_controversias_acerca_do_conceito_de_pobreza (Acesso: 3 de abril de 2020).

Reis, N. (2016). *Retratos da nova pobreza, Instituto de Sociologia*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Disponível em http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/wp16_160408110220.pdf (Acesso: 27 de abril de 2020)

Ribeiro, J.A.P (2012). *Informação local e regional num jornal de distribuição nacional: O caso no jornal Público*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=467115 (Acesso 11 de junho de 202):

Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Rodrigues, E.V, Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M.M, Januário, S., (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf> (Acesso: 9 de junho de 2020)

Rosa, E. (2015), *Os números da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Lua de Papel.

Santos, R. (1997). *A Negociação Entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.

Santos, R. (2001). *Práticas Produtivas e Relacionamento Entre Jornalistas e Fontes de Informação. Em: O Jornalismo Português em Análises de Casos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Santos, R. (2013). *A imprensa regional e local: estudo de caso do jornal O Ribatejo*. Lisboa: ESCS - Escola Superior de Comunicação Social. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3221> (Acesso: 2 de setembro de 2020)

Sawaia, B. B. (1999) - *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, Petrópolis: Vozes.

Schmitz, A., (2010). *O que é fonte jornalística*. Disponível em <http://fontespautam.wordpress.com/2010/02/08/o-que-e-fonte-jornalistica/> (Acesso: 2 de setembro de 2020)

Schwartzman, S. (2004). *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora

Sen, A. (1990). *The Standard of living*. Cambridge: Cambridge University Press.

Shoemaker, P.J & Reese, S.D. (1996). *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*. Nova Iorque: Longman Publishers.

Silva, M.O. (2010). *Pobreza, desigualdade e política públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira*. Florianópolis, v.13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

Sousa, J.P (2001). *Elementos de jornalismo impresso*, Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> (Acesso: 17 de maio de 2020).

Sousa, J.P (2008). *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, consultado no dia 13 de junho de 2020. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>

Souza, J. (2017). *A Elite do atraso. Da Escravidão a lava jato*. Lisboa: Casa da Palavra/LeYa.

Townsend, P. (1993). *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf.

Traquina, N. (2002). *O Que é Jornalismo*, Lisboa: Edições Quimera-

Traquina, N. (2004). *Teorias de Jornalismo (Vol.1) – porque as notícias são como são*, Santa Catarina: Editora Insular.

Corpus: Jornal *Público*, 17 de outubro de 2015/2016/2017/2018/2019/2020

Jornal *Alto Alentejo*, 17 de outubro de 2015/2016/2017/2018/2019/2020